Análise da Oferta e Demanda de Vagas para cursos de Ensino Superior presencial no Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2019.

Ilzo da Silva Martins Junior
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

RESUMO

Na perspectiva da teoria do capital humano, o investimento em processos formais de educação desempenha papel fundamental na explicação dos ganhos de produtividade e do retorno salarial esperado pelos trabalhadores, e constitui-se em elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. Neste contexto, observou-se um crescimento notável do ensino superior brasileiro nas últimas décadas, apesar de um movimento paradoxal neste processo. O problema é que o crescimento evidente e expressivo dessa esfera de ensino, em termos absolutos, não tem sido acompanhado em termos relativos, pela adesão da população em idade escolar em termos de matrícula e pelas melhores expectativas de consecução das metas socioeconômicas por parte do trabalhador brasileiro. Por esse motivo, surgiu o interesse em desenvolver uma pesquisa que procura analisar empiricamente a oferta e demanda de vagas para cursos de graduação presencial no estado de Mato Grosso do Sul, por meio do emprego de indicadores amplamente consolidados pela literatura nacional. A contribuição e originalidade deste trabalho consiste em empregar as informações levantadas pelo Censo da Educação Superior do ano de 2019 com a intenção de abordar essa questão ao nível dos cursos ofertados na unidade federativa em pauta. Deste modo, os resultados fornecidos pelo presente trabalho poderão ser considerados uma importante ferramenta para os formuladores de política educacional, bem como inspirar a discussão sobre a gestão estratégica no mercado de ensino superior presencial público e privado.

PALAVRAS-CHAVE: OFERTA; DEMANDA; EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESENCIAL; MATO GROSSO DO SUL.

ABSTRACT

From the perspective of the human capital theory, investment in formal educational processes plays a fundamental role in explaining productivity gains and the wage return expected by workers and constitutes a key element for socioeconomic development. In this context, the remarkable growth of Brazilian higher education has been observed in the last decades, despite a paradoxical movement in this process. The problem is that the evident and expressive growth of this educational sphere, in absolute terms, has not been accompanied in relative terms, by the adherence of the school-age population in terms of enrollment and by better expectations for the achievement of socioeconomic goals by the Brazilian worker. For this reason, the interest arose in developing research that seeks to empirically analyze the supply and demand for vacancies for undergraduate courses in the state of Mato Grosso do Sul, through the use of indicators widely consolidated by the national literature. The contribution and originality of this work consist in employing the information raised by the Census of Higher Education for the year 2019 to address this issue at the level of courses offered in the federative unit in question. Thus, the results provided by this study can be considered an important tool for educational policymakers, as well as inspire the discussion about strategic management in the public and private on-site higher education market.

KEYWORDS: OFFER; DEMAND; PRESENTIAL HIGHER EDUCATION; MATO GROSSO DO SUL.

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva da teoria do capital humano, o investimento em processos formais de educação desempenha papel fundamental na explicação dos ganhos de produtividade e do retorno salarial esperado pelos trabalhadores. Além disso, ele é considerado um fator essencial para o crescimento do produto de uma economia no longo prazo (ROMER, 2006). Sendo assim, a melhoria dos níveis educacionais de uma população consiste não somente em uma estratégia que afeta o desenvolvimento de habilidades e de ganhos individuais, mas também em um elemento de promoção do bem-estar socioeconômico em termos agregados (HANUSHEK E WOESSMANN, 2007).

Do ponto de vista econômico em particular, as implicações do investimento em capital humano podem ser caracterizadas do ponto de vista de duas abordagens de análise: microeconômica e macroeconômica. Na perspectiva microeconômica, a análise empírica encontrou evidências de que uma força de trabalho com maior nível escolar pode apresentar melhores expectativas de retornos salariais (MENEZES-FILHO, 2007). O aumento dos níveis educacionais também pode gerar um aumento da renda na perspectiva agregada. Basicamente, o investimento em capital humano pode contribuir para o incremento do produto via aumento da produtividade dos trabalhadores (SCHULTZ, 1962). Por meio da análise empírica desenvolvida por Mankiw, Romer e Wheil (1992) essa hipótese foi testada e constatou-se que a renda variou positivamente naqueles países onde o nível de instrução educacional atingiu patamares mais elevados.

Considerando este arcabouço teórico, a análise descritiva de dados educacionais para a elaboração de políticas públicas tem se destacado cada vez mais, tornando-se um instrumento que auxilia a tomada de decisões, o aprimoramento da prestação de serviços e o planejamento estratégico em todas as esferas da gestão pública do setor educacional. Neste contexto, observou-se um crescimento notável no ensino superior brasileiro nos últimos anos. Enquanto no início dos anos 2000 o número de estudantes matriculados chegou aos 3.030.754, em 2016 o número mais que duplicou ao bater a marca de 6.554.283 (INEP, 2020).

Portanto, a evidente expansão do ensino superior no país, mostra de um lado, o potencial de oportunidades de acesso, enquanto do outro traz à tona um importante entrave frente à proporção e pretensões da população brasileira. Ao mesmo tempo em que os investimentos públicos e privados neste nível de ensino se expandem consideravelmente, contribuindo para aumentar o ritmo de crescimento das vagas, bem como das matrículas, surge

o desafio de criar as condições para garantir a permanência dos alunos nas instituições de ensino superior.

Ainda que seja constatada uma melhora desse quadro, cabe mencionar um movimento paradoxal que está ocorrendo na educação superior brasileira. O problema é que o crescimento evidente e expressivo dessa esfera de ensino, em termos absolutos, não tem sido acompanhado em termos relativos, pela adesão da população em idade escolar e pelas melhores expectativas de consecução das metas socioeconômicas por parte do trabalhador brasileiro. Mesmo com o direcionamento prioritário de recursos em termos de investimentos públicos e privados para este nível de ensino, percebe-se uma redução do ritmo de crescimento da matrícula.

Sem sombra de dúvidas, a desigualdade de renda diminui as chances de entrada e de permanência dos alunos de camadas sociais mais baixas. Tal condição pode explicar parcialmente a taxa de matrícula líquida entre jovens de 18 a 24 anos no ensino superior brasileiro que foi de apenas 21,5%, enquanto a meta estipulada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação mirava obter os 30% até 2010 (IBGE/PNAD, 2014). Mesmo após a intensa expansão do número de matrículas nos últimos quinze anos, ainda existem outros desafios a serem superados como, por exemplo: (a) a expansão do acesso e da especificação da oferta de maneira a viabilizar o atendimento das crescentes demandas da população e do mercado de trabalho; (b) a excelência da formação ofertada; e (c) uma adequação do subsídio a expansão da rede de ensino superior. Apesar desses entraves, algumas iniciativas como o ProUni (Programa Universidade para Todos), o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o Reuni (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) contribuíram para o aumento da oferta de vagas e o acesso ao ensino superior, essencialmente das camadas sociais mais desprovidas de condições.

Apesar disso, a rede privada que detém cerca de 90% das vagas para o ensino superior não consegue preencher mais do que a metade destas vagas, criando uma grande rede de vagas ociosas no país. Por outro lado, a demanda por vagas na rede pública continua crescente (INEP, 2020). Mas devido às grandes dimensões territoriais e a heterogeneidade em termos de condições socioeconômicas das famílias entre as diferentes localidades do país, o processo de desenvolvimento da relação entre oferta e demanda de ensino superior varia sobremaneira de região para região, e pode ter o envolvimento de múltiplas variáveis de natureza socioeconômica. Nesse sentido, Schwartzman (2001) chamou a atenção para a complexidade deste processo ao sintetizar alguns dos elementos que podem exercer papel preponderante:

> Por uma parte, estão os jovens saindo dos cursos secundários, e buscando as carreiras profissionais mais tradicionais, para depois buscar seu lugar nos mercados de trabalho. Por outra, estão os adultos que decidem estudar depois de já trabalharem. A escolha das carreiras, a preferência por cursos diurnos ou noturnos, a matrícula em escolas públicas ou privadas, tudo isto depende das condições de renda e educação prévia dos estudantes, de seu momento de vida, e da oferta de oportunidades educacionais que existe em sua região. Do lado da oferta, existe uma distribuição dada de instituições públicas e gratuitas, por uma parte, e privadas e pagas, por outra; e uma oferta diferenciada por áreas de conhecimento, que responde, por uma parte, a uma política governamental de implantação de estabelecimentos de ensino superior nas diversas partes do território nacional; e, por outra, de uma oferta do setor privado, respondendo à demanda percebida ou antecipada (SCHWARTZMAN, 2001, p. 1).

Tendo isso em vista, surgiu o interesse em desenvolver um trabalho que procura analisar empiricamente a oferta e demanda de vagas para cursos de graduação presencial no estado de Mato Grosso do Sul. A contribuição e originalidade deste trabalho consiste em empregar as informações levantadas pelo Censo da Educação Superior do ano de 2019 com a intenção de abordar essa questão ao nível dos cursos ofertados no estado. Por meio deste banco de dados será possível analisar informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES) e de seus respectivos cursos de graduação das esferas administrativas pública e privada, além da trajetória dos estudantes a partir de seu ingresso e, consequentemente, avaliar as medidas de acompanhamento e de fluxo na educação superior. Com isso, será possível oferecer à comunidade acadêmica e aos formuladores de políticas públicas um quadro geral de informações detalhadas sobre a conjuntura atual e as principais tendências do setor, por meio do emprego de indicadores de demanda e oferta que foram amplamente consolidados pela literatura especializada.

Além desta introdução, o trabalho foi organizado em mais seis seções. Na segunda seção foi elaborado um retrato contemporâneo do ensino superior do Brasil, com base na estatística descritiva básica das medidas de demanda e oferta. Além disso, foi feita uma breve discussão das principais políticas de fomento do ensino superior no país. A terceira seção corresponde à revisão da literatura. Nesse ensejo, foram apresentadas as principais características dos trabalhos que empregaram dados nacionais para o estudo da oferta e demanda por ensino superior. Já na quarta seção, foram apresentados os dados e a metodologia da pesquisa empírica. Por sua vez, na quinta sessão, foram analisados os indicadores de oferta e de demanda e, finalmente, a sexta sessão tratou das conclusões e considerações finais.

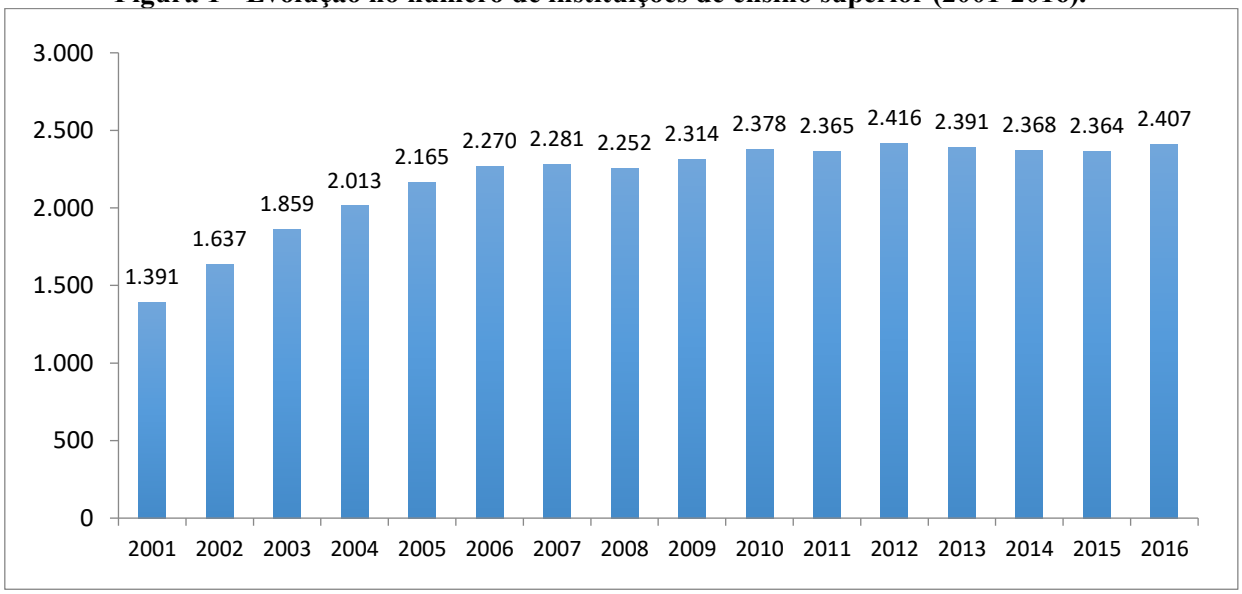
2. EDUCAÇÃO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A presente seção, por meio dos dados da Sinopse da Educação Superior inerente ao período 2001 a 2016, procurou compreender a evolução do ensino superior brasileiro por meio da análise de indicadores gerais. Além de construir um retrato contemporâneo do ensino superior no Brasil, também foi possível propiciar uma primeira oportunidade de aproximação aos tipos de indicadores disponíveis para a análise nacional da demanda e oferta. Em seguida, foi feita uma breve discussão das principais políticas de promoção do ensino superior no país e, portanto, determinantes para a construção do cenário atual em que se encontra o mercado da educação superior pública e privada.

2.1. Um breve relato sobre a educação superior no Brasil

Ao analisar as informações disponíveis para os últimos quinze anos, foi possível observar que o número de instituições que oferecem cursos de educação superior no Brasil quase dobrou. No início do período (2001), o número registrado foi de 1.391 instituições, sendo que em 2016 o número passou a ser de 2.407, conforme a Figura 1.

Figura 1 - Evolução no número de instituições de ensino superior (2001-2016).



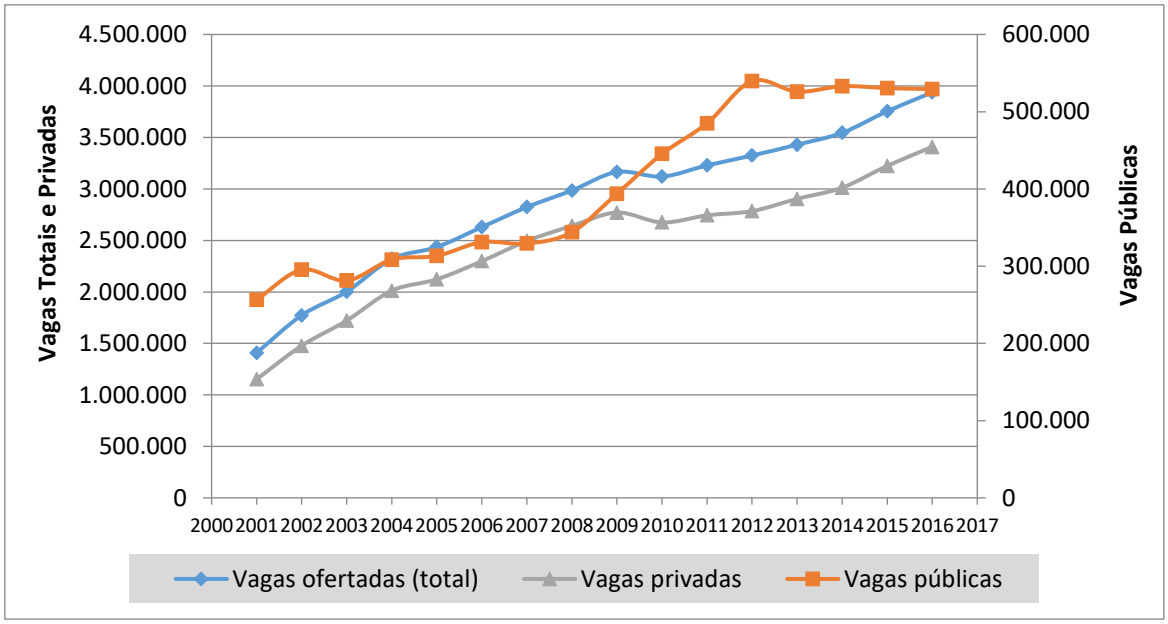
Fonte: INEP (2017).

O número de instituições de ensino superior público apresentou uma variação percentual de 161% no período analisado, representando em 2001 cerca de 13% do total de IES no país, sendo que esse número reduziu para 12% em 2016. Já as instituições privadas, representaram

84,4% do total das instituições de ensino superior no país em 2001. Todavia, em 2016 corresponderam a 87% do total. É importante notar que a variação percentual do número de instituições privadas foi de 174% no período analisado.

Entre os anos de 2001 e 2016, o número de vagas ofertadas saltou de 1.408.492 para 3.937.129, o que correspondeu a uma variação percentual de 280%, aproximadamente. No que diz respeito às vagas ofertadas pelo setor público, no ano de início da série temporal, o número foi 256.498 vagas, cerca de 8,7% do total de vagas. Já no final do período considerado, este número foi de 529.239, representando 8% do total de quase 4 milhões. Por sua vez, a rede de ensino privada ofertou em 2001 o total de 1.151.994 vagas, cerca de 92,3% do total. Já em 2016, o número já era de 3.407.890 vagas ofertadas, o que significou 92% do total. Portanto, essas informações evidenciam a predominância da rede privada na oferta de vagas de ensino superior no Brasil. A Figura 2 mostra a evolução do número de vagas total e a parcela oferecida pelas categorias administrativas pública e privada.

Figura 2 - Evolução do número de vagas ofertadas (2001-2016).



Fonte: INEP (2017).

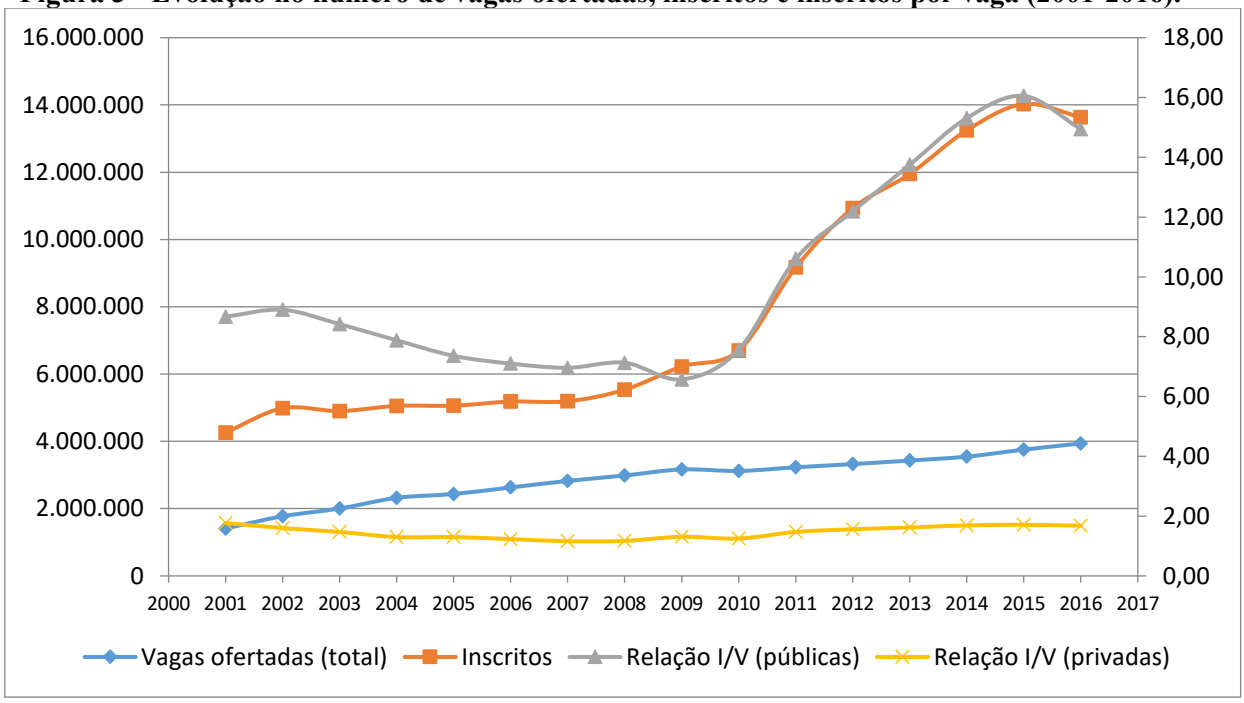
A Figura 3 deixa claro que o número de inscritos no início do período considerado (2001), foi 300% superior ao número de vagas ofertadas. Ademais, não se observou diminuição significativa nesta diferença ao longo do tempo, haja visto que nos quinze anos observados a demanda por vagas aumentou em 31,24%, enquanto a oferta por vagas cresceu cerca de 35%. Desta forma, o número de candidatos inscritos para todo o período é significativamente maior que o número de vagas ofertadas, com um pico de diferença de mais de 10 milhões no ano de

2015.

No que diz respeito à relação de concorrência total (número de inscritos dividido pelo número de vagas), verificou-se que não ocorreu uma mudança de patamar significativa. No início do período (2001), o número de inscritos por vaga foi de 3,02, enquanto no final (2016) o valor foi de 3,46. Todavia, pode-se notar que o valor ficou abaixo de dois candidatos por vaga entre os anos de 2006 e 2009. Mas diferentemente, os anos que apresentaram o maior número de inscritos por vaga foram 2014 e 2015 com uma razão de 3,74, aproximadamente.

Ao considerarmos separadamente a concorrência nas universidades públicas e privadas, observa-se que existem diferenças muito mais perceptíveis (Figura 3). No ano de 2015 em que se constatou o maior número de inscritos por vaga na série temporal considerada, nota-se que nas instituições de ensino superior público o número de inscritos por vaga é de 16,05. Por outro lado, a concorrência total ao considerar as universidades privadas foi de apenas 1,71 inscritos por vaga.

Figura 3 - Evolução no número de vagas ofertadas, inscritos e inscritos por vaga (2001-2016).

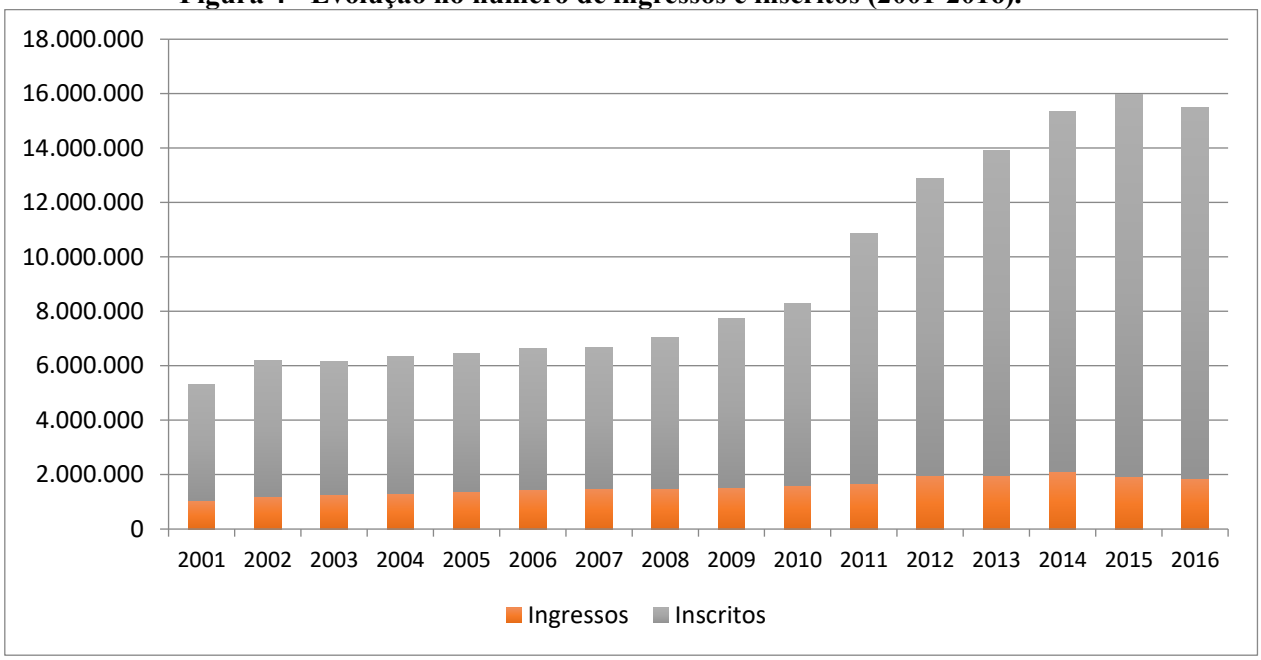


Fonte: INEP (2017).

A Figura 4 mostra a evolução do número de ingressos no Ensino Superior entre 2001 e 2016. Considerando os mais de quatro milhões de inscritos em 2001, apenas 1.036.960 (24%) efetivamente ingressaram em uma instituição de Ensino Superior. Em outras palavras, no ano de 2001 as vagas foram preenchidas em 73%. A maior diferença entre o número de vagas e o número de ingressos está nos anos de 2015 e 2016.

Neste biênio, verificou-se que dentre os mais de treze milhões de inscritos, cerca de 1.800.000 (13%) ingressaram nas universidades, aproximadamente. De outra perspectiva, aproximadamente 50% das vagas disponibilizadas foram preenchidas nestes dois anos. Entretanto, é preciso enfatizar que as vagas fornecidas pelo ensino público foram preenchidas em quase sua totalidade em todos os anos da amostra analisada, enquanto o ensino privado não conseguiu preencher 1/3 das vagas ofertadas. Tais números indicam que, apesar da oferta e da demanda estarem crescendo gradualmente, o ensino superior brasileiro é marcado por sérias distorções. Conforme o observado, o país apresentou 13.635.752 de inscritos para 3.937.129 de vagas disponíveis no ano de 2016. Contudo, apenas 1.858.106 candidatos efetivamente ingressaram no ensino superior, o que corresponde a 47,19% das vagas preenchidas no cenário de 2016.

Figura 4 - Evolução no número de ingressos e inscritos (2001-2016).



Fonte: INEP (2017).

Mediante os dados apresentados, concluiu-se que entre os anos de 2001 e 2016, ocorreu um aumento considerável do número de instituições, vagas e cursos. Porém, ao mesmo tempo em que o número de inscritos cresceu gradativamente até 2010 e mais acentuadamente a partir de 2011, o número de ingressos esteve longe de crescer na mesma proporção.

Outra evidência importante foi que a concorrência por vagas nas instituições públicas de ensino cresceu vertiginosamente a partir de 2009. Mais especificamente, o preenchimento destas esteve sempre acima dos 90% entre os anos de 2001 e 2016. Por outro lado, as instituições privadas que foram detentoras de mais de 92% das vagas ofertadas no mesmo

período, mantiveram o mesmo nível de concorrência ao longo do período analisado, mas com baixíssimo preenchimento das vagas ofertadas.

Tais números indicam que, apesar do crescimento da oferta de vagas, essencialmente no ensino público, tal progresso não é suficiente para suprir o nível de demanda para a categoria em específico. Isso ocorreu, ao mesmo tempo em que a demanda por ensino privado também se manteve maior que a oferta. Contudo, na esfera privada a categoria conseguiu suprir o crescimento da demanda de vagas, de tal maneira a manter o nível de concorrência em termos agregados. Mas diferentemente, no que diz respeito ao preenchimento de vagas (número de inscritos), a rede privada não atingiu um número representativo em termos sistêmicos se comparada ao caso do ensino público. Sendo assim, o número de vagas ociosas no ensino superior privado do Brasil ficou em torno de 80%, o que poderia sugerir que o interesse dos brasileiros no ensino privado ou até mesmo o nível de renda destes para adentrar e se manterem nesta rede de ensino não são condizentes com o número de vagas ofertadas no país.

2.2. **Políticas públicas de expansão da educação superior**

A partir dos dados apresentados, seria oportuno justificar como as políticas públicas impactaram no crescimento das vagas de ensino superior. Tendo isso em mente, essa subseção identificou quatro principais estratégias que desempenharam papel preponderante na expansão do ensino superior no Brasil, quais sejam: investimento no ensino a distância (EaD), política de cotas, programas de financiamento para acesso ao ensino superior e ampliação da oferta de vagas nas IES federais.

2.2.1. Investimento no ensino a distância

De acordo com Moran (2015), a Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino definida como todo o processo de ensino e aprendizagem mediado por tecnologias. Neste contexto, ainda que professores e alunos estejam separados fisicamente, os mesmos podem estar conectados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a internet. Da maneira como é praticada atualmente, a EAD existe para os mesmos níveis do ensino regular e está mais direcionada a educação de adultos, pois exige que os alunos sejam mais independentes no processo de aprendizagem.

Apesar de ser uma modalidade presente desde o início do século XVIII, em que o ensino de padres ocorria por meio do envio de cartas, a EAD só foi se tornar elemento importante no

ensino superior brasileiro nos anos 2000. Isso aconteceu após o "boom" tecnológico impulsionado pela disseminação das Tecnologias da Informação e da Comunicação.

Segundo Barros (2015), a maior fase de crescimento da oferta de EAD ocorreu a partir de 2003, predominantemente no setor privado, sendo este o primeiro a investir nessa modalidade no país. Mas com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, através de parcerias entre instituições formadoras e sistemas de ensino público, foi responsável pela popularização dessa modalidade em diferentes regiões e municípios do país, ao oferecer cursos para classes da população com maiores dificuldades de acesso ao ensino superior.

Além de atender as faixas de população mais desprovidas de recursos financeiros, a EAD apresentou-se como alternativa para um público com as seguintes características: i) pessoas que não se adaptaram aos moldes de ensino dos cursos presenciais; ii) indivíduos que não possuíam tempo para os estudos em decorrência de suas atividades diárias; e iii) candidatos que procuravam um curso que não poderiam ser encontrados em sua região.

Apesar de origem relativamente recente, as estatísticas já mostram que a EAD ocupou espaço relevante no ensino superior do Brasil. Como alternativa de acesso para diversas pessoas em busca de uma formação superior, essa modalidade de ensino constituiu-se em um dos fatores que explicam a expansão do número de ingressos no ensino superior, principalmente a partir de 2006.

2.2.2. Políticas de Cotas

As questões relacionadas às políticas de cotas raciais para ingresso no ensino superior ganharam maior destaque durante a década de noventa quando entrou nas pautas de discussão sobre políticas educacionais. Guimarães (2010) explicou que o movimento negro foi o primeiro grupo organizado a propor medidas de ampliação e de democratização do ensino superior. Isso ocorreu devido à necessidade de difundir os debates para o âmbito do capital humano, a partir do reconhecimento de que a força de trabalho com maior qualificação e apta a absorver conhecimento, responderia com maior potencial as demandas exigidas pelo mercado de trabalho atual. Portanto, o papel da educação nessa perspectiva está em proporcionar estrategicamente o desenvolvimento de novas habilidades requisitadas pelo trabalhador, frente às contínuas mudanças tecnológicas e de gestão administrativas nas organizações.

Ao mesmo tempo, Piovesan (2007) acrescentou que as ações afirmativas são constituídas

por medidas temporárias adotadas com o objetivo de reduzir e corrigir conjunturas decorrentes de um passado discriminatório. Em outras palavras, o autor sugeriu que tais políticas deveriam ser um mecanismo para eliminar a discriminação social e, principalmente, invalidar as consequências culturais e comportamentais oriundas das diferentes formas de segregação.

Porém, há consenso entre os autores de que a desigualdade social e de oportunidades existe nas diferentes camadas da população do Brasil e que está longe de ser revertida, como afirmou Capuchinho (2013). Dada à ausência de uma lei que garante vagas nas universidades para aqueles que estão em maiores condições de vulnerabilidade econômica e social, as políticas de cotas de cada faculdade foram objetos de diferentes processos de aprovação. Contudo, a Lei federal n. 12.711 que foi sancionada em 2012, conhecida como a Lei de Cotas, reservou 50% das vagas a estudantes que cursaram o ensino médio de forma integral em escolas públicas, sendo subdivididas entre alunos com renda bruta inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra metade reservada para estudantes com renda bruta superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos foram considerados os percentuais mínimos que correspondem à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico.

É importante ressaltar que esta lei prevê que em um período de dez anos após a sua implementação, o programa deve ser reavaliado, para que o impacto das cotas no acesso de estudantes pretos, pardos, indígenas e oriundos de escolas públicas seja garantido. Diante da iminência do processo de avaliação e revisão da política, pesquisadores como Fabio Waltenberg e Márcia de Carvalho da UFF (Universidade Federal Fluminense), observaram por meio das notas do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) que os cotistas apresentaram pontuações 10% menor que o grupo de alunos que não foram beneficiados pela política.

2.2.3. Programas de financiamento para acesso ao ensino superior

Em 1970 foi criado o PCE/CREDUC (Programa de Crédito Educativo), sendo apenas institucionalizado em junho de 92, quando se tornou definitivamente administrado pelo MEC (Ministério da Educação). Baseando-se nos programas de outros países, o PCE objetivou igualar as oportunidades educacionais, diminuir a evasão nas IES e garantir as camadas mais populares os recursos necessários para concluir a etapa do ensino superior. Entretanto, o programa foi desativado no início dos anos 2000 em razão da ausência de fiadores, falta de garantia de crédito, problemas operacionais em cobranças de empréstimos, fontes de recursos

limitados e parcelas com valores elevados (BARROS, 2014).

A partir de 2003 começam a ser criados programas de financiamento para cooperar com a denominada democratização do acesso ao ensino superior, estes programas possuem como principal objetivo incentivar a adesão de estudantes de classes sociais mais vulneráveis às Universidades Privadas.

Já em setembro de 2004, foi criado o ProUni (Programa Universidade para Todos) que possui a finalidade de criar condições para os estudantes carentes de adentrarem em universidades por meio de bolsas de estudo parciais e integrais, nas mais diversas modalidades. A partir de sua implementação, o ProUni se inseriu em um ambiente onde menos de 20% dos jovens estão matriculados em IES, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). Neste contexto, considerou-se a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação de 2001 que propôs até o final da década possuir 30% da oferta de ensino superior ocupada por jovens. Além disso, o programa possui ações conjuntas que incentivaram a permanência do estudante no ensino superior através de auxílios financeiros e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil).

Ao aderir ao ProUni as instituições devem conceder bolsas de estudo para um entre nove estudantes matriculados. Por sua vez, no caso de instituições beneficentes, deve-se conceder bolsa para um aluno entre quatro, permitindo a IES a isenção de tributos. A oferta de bolsas limita-se a 10% dos matriculados. O processo seletivo deve beneficiar estudantes negros, pardos e indígenas em proporções uniformes, razão pela qual o programa se caracterizou como uma ação afirmativa. Da criação até o fim de 2018, o programa alcançou cerca de 2,47 milhões de estudantes matriculados em IES privadas, sendo 69% dessas bolsas totalmente gratuitas.

Com o objetivo de completar a oferta de vagas nas instituições de ensino superior privadas, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi criado no ano de 1999 pelo Governo Federal. O programa se originou com o propósito de se auto sustentar e substituir o PCE (Programa de Crédito Educativo) financiando a formação no Ensino Superior dos estudantes de níveis inferiores de renda e que não apresentam condições de arcar com os custos de formação acadêmica, mas que se encontram legitimamente matriculados em IES privadas. É importante ressaltar que essas instituições cadastradas no FIES devem preencher todos os requisitos dispostos nos processos dirigidos pelo Ministério da Educação (MEC, 2011).

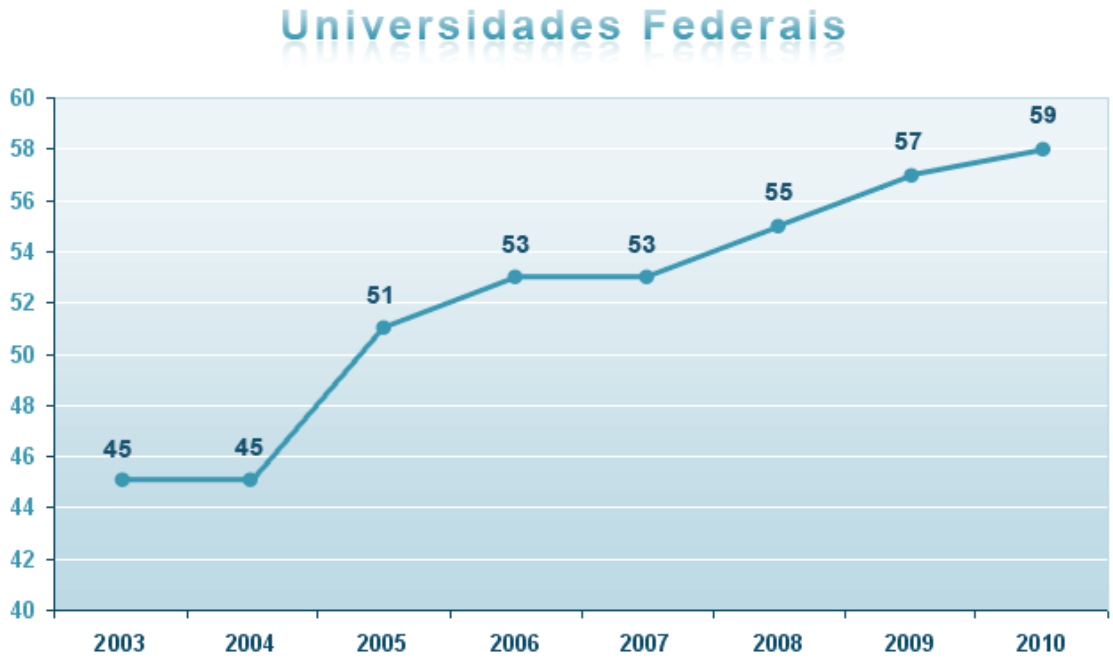
A partir de 2005, o programa passou a financiar parcialmente estudantes selecionados pelo ProUni. Todavia, no ano de 2010 o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) assumiu o papel de agente operador do programa e os juros do financiamento passaram de 9% para 3,4%. Ademais, alterou-se as datas de solicitação do financiamento,

passando a ser permitido ao estudante realizar esta solicitação em qualquer período do ano. Segundo o MEC, aproximadamente 500 mil estudantes participaram deste programa todos os anos, sendo esse um representativo de 10% dos alunos das IES privadas.

2.2.4. Ampliação da oferta de vagas nas IES Federais.

A primeira etapa de expansão da rede federal de ensino superior ocorreu entre 2003 e 2012. Durante este período, oito universidades federais foram criadas. Posteriormente, com a instauração do Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), foram criadas mais seis universidades federais, somando quatorze universidades criadas até o final de 2010, como mostra o gráfico da figura 5. A expansão da rede federal de ensino superior contou também com a interiorização das universidades, passando de 114 municípios atendidos por instituições federais em 2003 para 237 no final de 2012. (MEC, 2010).

Figura 5 - Evolução no número de universidades federais (2003-2010).



Fonte: MEC, 2022.

O Reuni foi instituído em abril de 2007, sendo uma das ações constituintes do PDE (Programa de Desenvolvimento da Educação) que tinha por intuito criar e expandir as oportunidades de ingresso e estadia dos estudantes na graduação, com o melhor aproveitamento das estruturas já existentes e reduzir as taxas de evasão dos cursos. Dentre as metas estipuladas pelo PDE, pode-se destacar: elevar a taxa média de conclusão para 90%, aumentar a quantidade de alunos por professor, diversificar as modalidades ofertadas de graduação, flexibilizar os currículos, revisar a estrutura acadêmica das universidades,

reorganizar os cursos do ensino superior através da atualização de suas metodologias. Em 2008, primeiro ano de atuação do Reuni, 533 instituições federais incorporaram o programa, sendo acrescentadas 14.826 vagas de ingresso dentre as 142.277 das vagas existentes na rede (BRASIL, 2008).

De acordo com Schwartzman (2006), o mérito dessa iniciativa foi questionado e criticado por sindicatos, docentes e alguns grupos estudantis dentro das instituições federais por eventualmente congestionaram as universidades elevando a taxa média de conclusão para 90% e por aumentar a relação aluno por professor para 18 por 1. Além disso, os decorrentes projetos mal executados, atrasos, custos elevados em obras que não obedeceram a planos de ação ou de avaliação relacionada a prioridades, abertura de instituições em locais de demanda contestada, criação de cursos sem justificativa técnica, admissão de professores incapacitados para os cargos e um orçamento crescente que vai a contrapartida ao número de obras em estado de paralisação.

Entretanto, é necessário realizar avaliações mais detalhadas da situação para inferir conclusões a respeito das consequências futuras e dos resultados de longo prazo. Apesar disso, é possível afirmar que mesmo com todos os problemas estruturais associados a essas políticas, nitidamente verificou-se a expansão do número de vagas na rede federal, considerando a alta demanda que cresceu desproporcionalmente nos últimos anos.

3. REVISÃO DA LITERATURA NACIONAL

O objetivo desta seção consistiu em descrever as principais características dos trabalhos que procuraram compreender a evolução do mercado de ensino superior no Brasil e a dinâmica de funcionamento da gestão deste setor. Nesse ensejo, considerou-se tanto as pesquisas de natureza quantitativa como qualitativa. Por meio deste exercício, pretende-se identificar as similaridades e os diferenciais da presente proposta de estudo em relação às referências citadas e, desta maneira, elucidar as principais contribuições para essa área de pesquisa.

Em termos cronológicos, o trabalho de Schuwartzman (2001) e de Braga et. al. (2001) podem ser considerados o marco referencial das pesquisas nacionais. Suscintamente, o primeiro procurou identificar as características dos estudantes do ensino médio do Brasil, que representaram uma parcela significativa da demanda por educação superior. Além disso, procurou identificar as principais características dos estudantes do ensino superior, considerando a amostragem por estado e por grandes áreas metropolitanas.

Por meio dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do Censo do Ensino Superior, da base de informações municipais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a pesquisa mostrou evidências da falta de cobertura do ensino superior para pessoas de classes sociais mais vulneráveis ao analisar as seguintes variáveis: taxa de escolarização (por idade), renda familiar, atividade econômica, matrículas, número de formados, estudantes potenciais e faixas de idade.

Diferentemente, o estudo de Braga et. al. (2001) foi direcionado para a análise de demanda de vagas oferecidas pela Universidade Federal de Minas Gerais ao longo da década de 90. Para inspirar a discussão, os autores consideraram o perfil socioeconômico, as preferências por cursos, fatores que influenciaram a demanda como o aumento do número de concluintes do ensino médio e medidas tomadas pela universidade, a disponibilidade dos cursos noturnos, as diferenças de formação entre os cursos e os impactos da licenciatura sobre os cursos de bacharelado.

As informações levantadas foram obtidas pela Comissão Permanente de Vestibular para o período 1992-1999. Ao analisar o número de inscritos no vestibular, a relação candidato/vaga, habilitação ou não para licenciatura, os autores verificaram que existe uma seletividade social em relação à escolha das carreiras e argumentam que a abertura de cursos noturnos foram um reflexo da democratização do acesso ao ensino superior.

Já Porto e Régnier (2003) construíram um comparativo entre o ensino superior internacional e nacional e, inclusive, dos programas de pós-graduação. Ao tratar especificamente do mercado de ensino superior no Brasil, analisaram o comportamento das matrículas entre os anos de 1990 e 2001 com base nas informações fornecidas pelo Censo do Ensino Superior. A análise da série temporal permitiu observar uma nítida expansão da demanda por ensino superior no período analisado. De acordo com os autores, a diversificação da oferta de cursos, a profissionalização das instituições, a difusão de uma nova cultura e a expansão dos investimentos no ensino superior, foram elementos determinantes para o aumento da taxa de matrícula.

O trabalho também comparou o mercado de ensino superior nacional em relação a outros países como Estados Unidos, França e Argentina, por meio da análise temporal das seguintes medidas para os anos de 1960 a 2001: número de ingressos, inscritos, vagas ofertadas e matrículas. De acordo com os autores, o aumento do número de instituições de ensino superior, a expansão dos cursos de especialização, o incremento da participação do público feminino, a diversificação dos turnos de ensino, a profissionalização da gestão das instituições, a difusão da cultura da avaliação e a atração de novos investimentos foram

determinantes para a expansão da oferta de vagas. Para analisar o lado da demanda por vagas entre instituições públicas e privadas, foram utilizadas as seguintes medidas: candidatos por vaga e inscritos por vaga. Ademais, foi analisada a série temporal do número de vagas, inscritos e ingressos.

Os problemas relacionados à desigualdade educacional no Brasil foram investigados por Zago (2006). A análise concentrou-se nas dificuldades de acesso e permanência no ensino superior, tendo como fonte de discussão a análise do número de vagas, número de inscritos, matrículas, concluintes e renda familiar per capita. Neste trabalho, duas fontes de dados foram empregadas: os dados referentes ao vestibular de 2001 da Universidade Federal de Santa Catarina fornecidos pela Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) e as informações levantadas pela autora a partir de um questionário aplicado a 27 estudantes em condições de vulnerabilidade econômica, cultural e familiar. Para a autora, existe uma contradição em relação ao aumento na demanda da população por formação superior e as políticas públicas para acesso e permanência no sistema de ensino superior, visto que foram poucas as políticas de manutenção do estudante em comparação às iniciativas para garantir o acesso.

A abordagem de Sampaio (2009) enfatizou o crescimento do mercado privado de ensino superior do Brasil entre a década de 1960 e os anos 2000. Ao observar os dados da Sinopse Estatística do Ensino Superior, constatou o crescimento quantitativo de matrículas para as esferas pública e privada de ensino entre os anos de 2000 e 2008, com destaque para a alta participação do setor privado.

Com a intenção de apontar os novos mercados que o ensino superior privado absorveu no início do século 21, a autora fez uso das estatísticas relacionadas ao número de estabelecimentos de ensino superior, número de cursos e número de programas de mestrado. Resumidamente, concluiu que os principais desafios a serem superados pelas instituições de ensino superior privado no Brasil consiste em captar novos alunos de forma permanente e manter boas relações para que o mesmo continue a fazer parte da cadeia de estudos. É muito importante que o egresso mantenha vínculo com a instituição, seja através de cursos de pós-graduação e até mesmo como ambiente de pesquisa, trabalho e opção futura de estudo para familiares.

O estudo de Sécca e Leal (2009), teve por intuito examinar o mercado de ensino privado a nível de graduação no Brasil, através da análise da evolução e das características do ambiente competitivo, com identificação do segmento de clientes, principais características dos concorrentes, as tendências do mercado, oportunidades e as ameaças do ambiente. Além disso, foi realizada uma avaliação da atratividade desse mercado a partir da metodologia das

Cinco Forças para investigação estrutural do setor. Os autores argumentaram que a análise em questão pode ser utilizada para compreensão do comportamento empresarial, análise de projetos de investimento e para o aprimoramento do Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento).

Por outro lado, a análise quantitativa empregou as estatísticas fornecidas pelo INEP e pelo IBGE, além dos relatórios trimestrais das empresas do setor de ensino registradas no site da CVM (Comissão de Valores Imobiliários) para os anos de 1990 e 2007. Levando em consideração a análise do número de matrículas, instituições, concluintes, ingressos e a relação inscritos/vagas, concluiu-se que no setor existe uma alta rivalidade e piora nas condições do mercado. Não obstante, ponderam que oportunidades podem surgir no longo prazo visto que a demanda tem a característica de apresentar novos ciclos de crescimento.

Em se tratando de Taneguti (2012), foi elaborado um relatório técnico a respeito da relação entre a oferta e demanda para os cursos de ensino superior no país com base na edição de 2011 do Censo de Ensino Superior. O principal objetivo do documento foi sistematizar as políticas públicas no âmbito da educação superior, mediante a distinção entre os setores público e privado. Ademais, a análise quantitativa procurou compreender a dinâmica da oferta por meio da análise dos seguintes indicadores: número de instituições, número de cursos e quantidade de vagas ofertadas, inscritos, inscritos por vaga e número de matrículas. Finalmente, a autora investigou a concorrência sistemática dos cursos de graduação de suas respectivas regiões, com base na análise da relação inscritos por vaga.

A autora destacou que em 2011, o número de candidatos foi maior que o número de vagas ofertadas, com exceção de alguns cursos em IES privadas. De acordo com o estudo, as principais conclusões, foram: a) os cursos de maior concorrência: Engenharia Civil, Medicina, Odontologia e Direito; b) os cursos de graduação das IES públicas foram no geral, mais concorridos que aqueles ofertados pelas IES privadas; c) o curso menos procurado nas IES pública foi pedagogia; d) no geral, os cursos de graduação das IES privadas não são concorridos, com exceção de Medicina; e) os cursos que possuem maiores quantidades de vagas do que candidatos nas IES privadas foram: pedagogia, sistemas de informação e turismo.

Ações realizadas pelo governo federal entre os anos de 2002-2010 e que acarretaram a expansão das vagas no ensino superior brasileiro foram detalhadamente examinadas por Marques e Capêda (2012). Neste contexto, enfatizaram o surgimento de novas universidades, o impacto quantitativo sobre a oferta de ensino superior, o aumento da inclusão e o combate às desigualdades sociais. Concluíram que essas políticas se caracterizam como uma nova

forma de desenvolvimentismo em se tratando das políticas educacionais, o que difere do modelo utilizado em toda América Latina entre as décadas de 1950 e 1990.

Neves e Martins (2014), construíram um panorama da estrutura e do funcionamento do ensino superior no Brasil, com foco em transformações específicas dos últimos anos que alteram as características da oferta e demanda de mercado. Dentre os principais processos transformadores do ensino superior, pode-se destacar os seguintes: o contexto histórico de surgimento das IES em relação ao processo observado na Europa; as características específicas do ensino superior brasileiro em termos de financiamento e organização institucional; a expansão do sistema público e privado dos últimos anos; as políticas de inclusão e de permanência; o desenvolvimento dos sistemas de pós-graduação, a internacionalização acadêmica; os desafios do sistema de ensino superior brasileiro como a insuficiência de vagas e de estrutura. Ademais, analisaram estatisticamente a evolução do número de instituições de ensino superior públicas e privadas, o número de matrículas entre 1970 e 2012, organizados por categoria administrativa e renda familiar.

Tendo como referência a teoria do capital humano heterogêneo, Santos e Carusi (2015) avaliaram os determinantes fundamentais do acesso ao ensino superior brasileiro por meio de um modelo multinomial logit. De acordo com a análise de regressão, concluíram que a expectativa de renda média da carreira foi mais determinante para a decisão de escolha do curso em relação à concorrência no processo seletivo. Além disso, destacaram que a renda domiciliar per capita foi o principal determinante do acesso.

Com base nos dados das Sinopses do Ensino Superior (INEP), os autores construíram um retrato da oferta e demanda entre os anos de 1991 e 2010, utilizando variáveis como o número de vagas, quantidade de inscritos, participação de vagas entre IES públicas e privadas, participação nas inscrições entre IES públicas e privadas, relação candidato/vaga, número de ingressos e taxa de ocupação. De acordo com as estatísticas, evidenciaram uma grande expansão no número de vagas ofertadas, especialmente no setor privado.

No que diz respeito ao trabalho de Oliveira et. al. (2017), a finalidade foi compreender as transformações no ensino superior brasileiro, ao considerar a expansão das vagas públicas e privadas. A partir disso, analisaram comparativamente o número de matrículas para cada categoria administrativa em dois momentos diferentes: 1968-2003 e 2003-2014. Os autores observaram que a partir de 2003, ocorreu uma mudança no perfil do ingressante. Isso significou que o ensino superior público federal se tornou mais acessível e inclusivo, com evidências de mudança clara no perfil do ingressante que passou a ser menos elitizado.

Finalmente, Moreno e Calixto (2017) analisaram a oferta de vagas de ensino superior na cidade de Dourados/MS e a sua função de Capital Regional C[1] (termo geográfico) destinada a este município com relação a 21 centros regionais localizados em seu perímetro urbano. Através do uso dos dados do sistema e-Mec e das estatísticas fornecidas pelas IES de Dourados referentes ao ano de 2016, observou-se que a alta demanda por ensino superior na cidade de Dourados foi gerada por uma articulação das demandas regionais e locais. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a participação percentual das cidades na rede urbana, o número de instituições e cursos por cidade, a origem dos alunos, o local de residência, o número de vagas ofertadas e o número de matrículas.

Resumidamente, foi possível notar que os trabalhos que compõem a literatura especializada possuem como característica fundamental a análise descritiva dos dados para interpretar as tendências do mercado de ensino superior no Brasil. Neste contexto, identificou-se o emprego sistemático de algumas variáveis para se compreender a dinâmica da oferta e demanda como, por exemplo: número de instituições, número de ingressos, quantidade de inscritos, vagas ofertadas, matrículas, relação inscrito/vaga e relação ingresso/vaga.

Tendo em vista a consolidação dessa estrutura de variáveis como ferramenta de análise, um primeiro aspecto de similaridade com o presente estudo, consiste no emprego de algumas dessas medidas de referência na construção dos indicadores previstos pela metodologia do presente estudo. Não obstante, outro fator comum definiu-se pela utilização das informações fornecidas pelo Censo da Educação Superior, o que sinaliza a viabilidade de elaboração da proposta de pesquisa aqui sugerida.

Outra característica das pesquisas citadas esteve relacionada à unidade de análise considerada. A grande maioria dos trabalhos analisou a série temporal das estatísticas de demanda e oferta empregando dados para o Brasil ou para as unidades federativas. Poucos trabalhos abordaram o tema utilizando estatísticas mais desagregadas como, por exemplo, informações para municípios ou por instituições de ensino. Diferentemente, o presente estudo analisará o mercado de ensino superior ao nível dos municípios sul-mato-grossenses, o que permite abordar o assunto de maneira mais detalhada ao analisar indicadores de oferta e demanda para cada curso de acordo com as suas respectivas áreas. Deste modo, espera-se por meio desse procedimento obter informações mais precisas a respeito das tendências desse

[1] Segundo o REGIC (2007) Capital regional é um nível da hierarquia urbana do Brasil definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na publicação de 2007 Regiões de Influência das Cidades. Segundo o estudo, elas polarizam uma parcela da região onde se encontram, influenciando inúmeras pequenas e médias cidades, bem como as áreas rurais ao seu redor. Entre as capitais regionais ainda há uma distinção, separando-as em três categorias: A, B e C.

mercado no que concerne à região escolhida.

Portanto, a consecução da proposta de trabalho permitirá a construção de um retrato técnico e contemporâneo a respeito da demanda e oferta de vagas para cursos oferecidos no estado de Mato Grosso do Sul. Basicamente, a pesquisa se propõe a fornecer um arcabouço teórico e estatístico que poderá subsidiar a discussão do tema, bem como fundamentar a realização de investimentos e justificar políticas públicas, tanto para o setor público como para o privado.

4. DADOS E METODOLOGIA

Esta seção tem a finalidade de apresentar os dados e a metodologia adotada para a análise da demanda e oferta de vagas por cursos de ensino superior no Mato Grosso do Sul. Assim, a primeira sessão procurou descrever a fonte e a justificativa para o emprego dos dados coletados. Em seguida, foi discutida com maiores detalhes a metodologia de análise.

4.1. Descrição do banco de dados

Para o desenvolvimento da proposta de trabalho, foram empregadas as informações do Censo da Educação Superior de 2019 que são fornecidas pelo site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O Inep tem por objetivo subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, promove a disseminação de dados sobre a qualidade da educação básica e superior (INEP, 2020).

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Inep e pode ser considerado um dos principais instrumentos de pesquisa sobre as instituições brasileiras de educação superior (IES). É importante destacar que os dados são levantados a partir dos questionários aplicados às Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-Mec. Desde janeiro de 2007, o e-MEC é a ferramenta empregada pelo Ministério da Educação com o propósito de facilitar a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação das instituições de educação superior. Por meio deste sistema, as instituições de educação superior podem fazer o credenciamento e o recredenciamento via internet, além de providenciar a abertura dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (MEC, 2019a).

De acordo com o Quadro 1 que fornece a descrição de algumas variáveis do Censo da Educação Superior, segundo o dicionário de variáveis da edição de 2019, percebe-se a possibilidade de organizar as informações por meio das seguintes unidades de análise: unidade federativa, municípios, instituições de ensino e cursos. Além disso, é possível conhecer algumas características relacionadas ao curso ofertado como, por exemplo: área de conhecimento do curso, modalidade de ensino e turno de oferta.

Quadro 1 - Dicionário das variáveis de identificação.

NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
NO_CURSO	Nome do Curso
CO_IES	Código único de identificação da IES
TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	Código da categoria administrativa
TP_ORGANIZACAO_ACADEMICA	Código da organização Acadêmica
CO_LOCAL_OFERTA	Código do local de oferta
IN_TURNO	Código do Turno de oferta do Curso
CO_MUNICIPIO	Código do IBGE do município do local de oferta do curso presencial.
CO_CURSO	Código único de identificação do curso

Fonte: INEP (2019).

Além disso, os dados também podem ser rearranjados de forma a considerar a dependência administrativa das instituições de ensino superior (federal, estadual e municipal), a modalidade de ensino – presencial ou à distância –, os cursos sequenciais, as vagas oferecidas, os inscritos, as matrículas, o número de ingressantes e concluintes, além de informações sobre a organização acadêmica do curso, por exemplo.

4.2. Metodologia

Para a consecução da proposta de trabalho, foram aproveitadas as seguintes informações organizadas por curso:

Quadro 2 - Variáveis de Oferta e Demanda.

Variável	*QT_INSC_TOTAL*	*QT_INGRESSO_TOTAL*	*QT_VAGA_TOTAL*	*QT_CONCLUINTE_TOTAL*
Classificação	Demanda	Demanda	Oferta	Oferta
Descrição	Quantidade de inscritos no processo seletivo de vagas novas no turno de oferta.	Número de ingressantes no curso.	Quantidade de vagas totais oferecidas no curso.	Número de concluintes no curso.

Fonte: INEP (2019).

As variáveis descritas no Quadro 2, foram empregadas na construção dos indicadores de oferta e demanda. Nesse ensejo é importante mencionar que a variável *qt_insc_total* reflete a quantidade de inscritos no curso e, por isso, corresponde a uma variável de demanda por sinalizar a quantidade de interessados em participar de um processo formal de educação superior oferecido por um determinado curso. Daqui em diante essa variável será exibida na análise apenas como "Inscritos". Já a variável *qt_ingresso_total* remete ao número de alunos que definitivamente ingressaram no curso após o processo seletivo. Neste trabalho, considerou-se a nomenclatura de "Ingressos". Por sua vez, a variável *qt_vaga_total* aponta o número de vagas que a instituição disponibilizou para aquele curso. Não obstante, admitiu-se essa variável com a descrição de "Vagas". Finalmente, a variável de oferta *qt_concluinte_total* fornece o número de concluintes (pessoas que se formaram e deixaram o curso) foi definida como "Concluinte".

Para a construção dos indicadores de oferta e demanda por vagas de ensino superior, foram construídos os seguintes indicadores:

$$Inscritos\ por\ vagas\ (INSPV) = \frac{Inscritos}{Vagas} \quad (1)$$

Este indicador mede a demanda geral pelo curso. Portanto, quanto maior for a relação de inscritos por vagas, maior é o desempenho do curso em termos de atração do público alvo potencial (demanda geral). Um INSPV de 12,5, significa que um determinado curso apresentou o total de 12,5 candidatos inscritos por vaga ofertada no recorrente ano.

$$Ingressos\ por\ vagas\ (INGPV) = \frac{Ingressos}{Vagas} \quad (2)$$

Responsável por medir a demanda efetiva dos cursos, ou seja, a quantidade de

estudantes que definitivamente ingressaram no curso em relação ao número de vagas disponíveis. No caso desse indicador, quanto mais próximo de um e mais distante de zero, melhor é o resultado do curso em termos de demanda efetiva. Porém, é possível que o indicador supere o valor 1,00 (um ingresso para cada vaga ofertada) pelo motivo de muitas instituições aceitarem alunos provenientes de transferências internas e externas, e reaproveitamento de vestibular, por exemplo.

$$Vagas\ por\ concluintes\ (VPCON)\ = \frac{Vagas}{Concluintes} \qquad (3)$$

Por sua vez, o VPCON fornece uma medida de oferta de vagas relativa. Por exemplo, um VPCON de 3,50 significa que para cada concluinte no ano de referência, foram ofertadas 3,5 vagas. Neste trabalho, considerou-se que quanto menor o valor dessa proporção, maior foi o esforço/desempenho do curso em ofertar força de trabalho qualificada para o mercado, conforme a sua capacidade de atender a população (número de vagas).

$$Proporção\ de\ concluintes\ do\ curso\ i\ em\ relação\ ao\ total\ de\ concluintes\ da\ área\ correspondente\ (PROPCON) = \frac{Número\ de\ concluintes\ do\ curso\ i}{Número\ de\ concluintes\ total\ da\ área}\ x\ 100 \qquad (4)$$

Por fim, a variável PROPCON consiste em uma medida sintética inédita de oferta de mão de obra qualificada com ênfase na área de formação. A intenção é captar o peso relativo que um determinado curso ocupa em termos de envio de profissionais para o mercado em relação ao total da força de trabalho ofertada pela sua respectiva área no ano de análise. Nesta pesquisa, admitiu-se que quanto maior o valor desta variável, maior é a adesão do mercado em absorver mão de obra qualificada por este determinado curso.

O Quadro 3 fornece um resumo dos indicadores utilizados na análise de acordo com os critérios de classificação de demanda e oferta.

Quadro 3 – Classificação dos Indicadores.

Indicador	Classificação	Descrição
INSPV	Demanda	Relação Inscritos por Vagas.
INGPV	Demanda	Relação Ingressos por Vagas.
VPCON	Oferta	Relação Vagas por Concluintes.
PROPCON	Oferta	Proporção de concluintes do curso i em relação ao total de concluintes da área correspondente.

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

É importante mencionar que os indicadores de oferta e demanda por cursos serão apresentados de acordo com a classificação de áreas da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). A classificação de áreas utiliza códigos compostos por três dígitos inseridos em uma estrutura hierárquica para classificar as áreas de formação, sendo: um dígito para as áreas gerais (grandes áreas), um segundo dígito para as áreas específicas (áreas) e outro para as áreas detalhadas (subáreas).

Portanto, esta estrutura é composta por 11 áreas gerais, 25 áreas específicas e 90 áreas detalhadas. Com o propósito de atender as necessidades específicas da educação superior brasileira, o Inep acrescentou a este sistema de classificação um quarto nível composto por um código de seis dígitos elaborado da seguinte forma: três dígitos das áreas detalhadas juntamente a um código alfanumérico de uma letra e dois dígitos que tem o objetivo de classificar os cursos superiores no país (INEP, 2000). Tendo isso em vista, o Quadro 4 fornece o quantitativo de cursos para cada área de classificação e o total da amostra analisada.

Quadro 4 – Descrição da amostra de cursos de acordo com o critério de classificação.

Áreas	Quantidade de Cursos
Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária	28
Artes e humanidades	08
Ciências naturais, matemática e estatística	11
Ciências sociais, comunicação e informação	25
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)	27
Educação	106
Engenharia, produção e construção	51
Negócios, administração e direito	69
Saúde e bem-estar	58
Serviços	11
Programas básicos	0
Total	394

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo de Ensino Superior 2019.

5. ANÁLISE DOS INDICADORES DE OFERTA E DEMANDA

Nesta seção, a pesquisa teve a finalidade de identificar as principais características do mercado de ensino superior presencial no estado de Mato Grosso do Sul, por meio da análise de indicadores de oferta e demanda por vagas para o ano de 2019. Devido ao volume de informações estatísticas disponíveis, procurou-se enfatizar as informações mais relevantes. Além disso, a abordagem da demanda ficou concentrada na análise da taxa de inscritos por vagas (INSPV). Não obstante, as estatísticas associadas aos ingressantes por vaga (INGPV) estão disponíveis para consulta do leitor.

Para facilitar a organização e a compreensão das principais inferências, o exame das estatísticas levou em consideração o critério de grande área de classificação dos cursos. Portanto, foram elaboradas dez tabelas (Tabelas 01 a 10 do Anexo) de indicadores com a intenção de captar as principais características deste mercado, tendo em vista a grande quantidade de cursos por área.

5.1. Oferta e Demanda para a área de agricultura, silvicultura, pesca e veterinária.

De acordo com a Tabela 01, pode-se perceber que a área agricultura, silvicultura, pesca e veterinária registrou vinte e oito (28) cursos ofertados e que estiveram bem distribuídos entre as categorias pública e privada. Agronomia foi o curso com maior frequência na área (11 cursos). Outros destaques neste sentido, estiveram associados aos cursos de Medicina Veterinária (06 cursos) e Zootecnia (04 cursos). Em relação a distribuição geográfica, os cursos da área estão relativamente bem distribuídos, podendo ser encontrados nos seguintes municípios: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas Aquidauana, Cassilândia e Nova Andradina.

Em se tratando dos indicadores de oferta, o curso que possui as melhores estatísticas foi Medicina Veterinária da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande, com o valor de 1,39 para VPCON (Vagas por Concluinte), sendo o menor da área. Além disso, este curso também apresentou a maior PROPCON (Proporção de concluintes em relação ao total de concluintes da área) com a estatística de 12,02%. O segundo melhor resultado para ambas as estatísticas ficou para o curso de Agronomia da Anhanguera de Dourados que possui os valores de 1,40 e 9,64 para o VPCON e PROPCON, respectivamente.

Nesse ensejo é importante mencionar que o curso de Medicina Veterinária oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) de Campo Grande, apresentou a maior demanda pela perspectiva da taxa de INSPV (Inscritos por Vaga) com um valor de 12,00 inscritos por vaga. Seguindo o mesmo critério, o curso de Agronomia da Universidade Federal da Grande Dourados foi outro destaque com a estatística de 10,00 inscritos por vaga.

5.2. Oferta e Demanda para a área de Artes e Humanidades

Considerando a Tabela 02 que forneceu os indicadores de demanda e oferta para a área Artes e humanidades, verificou-se que no ano de 2019, foram ofertados apenas oito (08) cursos, sendo apenas dois destes públicos: Artes Visuais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Letras Português (Bacharelado) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), ambos oferecidos na cidade de Campo Grande. É importante ressaltar que a oferta esteve concentrada na cidade de Campo Grande, sendo que apenas um curso foi oferecido fora da capital: Design de Interiores da UNIGRAN (Universidade da Grande Dourados) em Dourados. Um detalhe foi que o único curso com duas ofertas no estado, esteve associado ao Curso de Design de Interiores que também foi oferecido na capital pela

UNIGRAN.

O curso com o melhor desempenho em termos de VPCON (Vaga por Concluinte) foi Produção Multimídia da Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Campo Grande, com o valor 1,60 vagas por concluinte. Ademais, o curso que apresentou a melhor estatística de PROPCON (Proporção de concluintes em relação ao total de concluintes da área) foi o curso de Design de Interiores da UNIGRAN em Campo Grande com um percentual de 31,54%. Por sua vez, o mesmo curso ofertado pela UNIGRAN em Dourados, possui o segundo melhor valor com maior proporção de concluintes (16,07%). Portanto, o curso de Design de Interiores ocupou quase 50% do total de concluintes da área.

Em relação a demanda, destacaram-se os cursos de Produção Multimídia da Universidade Anhanguera (UNIDERP) e Artes Visuais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com taxas de inscritos por vaga (INSPV) de 3,50 e 3,30, respectivamente, ambos oferecidos na cidade de Campo Grande.

5.3. Oferta e Demanda para a área de Ciências naturais, matemática e estatística

Ao observar a Tabela 03 que fornece os indicadores para a área de Ciências naturais, matemática e estatística, verificou-se que foram ofertados onze (11) cursos no ano de 2019. Nota-se que esta área se destacou por possuir um maior número de cursos pertencentes à categoria de administração pública, com apenas dois (02) cursos pertencentes a iniciativa privada: Biologia da Universidade Anhanguera (UNIDERP) e da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), sendo ambos ofertados na capital.

Ademais, o curso de Biologia foi aquele com a maior frequência de oferta com um total de 06 cursos no estado. Um detalhe inerente à questão espacial de oferta, foi a constatação de que a única cidade fora do eixo Campo Grande e Dourados a ofertar um curso dessa área foi Ivinhema com o curso de Biologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Química industrial (02 cursos), Química (01 curso) e Física (01 curso) foram outros cursos ofertados nesta área.

Em relação ao desempenho em termos de indicadores de oferta, o curso de Biologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) destacou-se. O curso apresentou a menor taxa de vagas por concluintes (1,83) e o maior percentual de concluintes da área (26,86%). Por sua vez, o curso de Biotecnologia da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) também se destacou com as estatísticas de 2,06 e 23,13% para VPCON e PROPCON, respectivamente.

Nesta área em pauta, os cursos de Biologia e de Biotecnologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foram os que apresentaram os melhores indicadores de demanda com taxas de inscritos por vaga (INSPV) de 3,62 e 3,54, respectivamente.

5.4. Oferta e Demanda para a área de Ciências sociais, comunicação e informação

Já a Tabela 04 fornece os indicadores de oferta e demanda para o curso da área de Ciências sociais, comunicação e informação. Ao todo, foram registrados 25 cursos e verificou-se que os cursos apresentaram alta concentração regional de oferta: Campo Grande, Dourados e Três Lagoas. A distribuição de cursos entre as categorias administrativas foi equilibrada, sendo 15 cursos públicos e 10 privados. Em relação a frequências de cursos, Psicologia foi o mais observado (10 cursos), representando 40% dos cursos ofertados nesta área. Outros cursos com mais registros foram Geografia (04) e Jornalismo (05).

No que diz respeito aos indicadores de oferta, os cursos de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) com a taxa de vagas por inscritos (VPCON) de 1,35 e o Curso de Psicologia da Unigran de Campo Grande com uma proporção de concluintes (PROPCON) de 19,35% do total da área, foram aqueles que mais se destacaram.

É importante mencionar que o curso de Relações Internacionais foi ofertado apenas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Todavia, este curso possui a terceira maior demanda para a categoria, com uma taxa de inscritos por vaga (INSPV) de 7,85. Outros dois cursos que apresentaram alta demanda foram os cursos de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de Campo Grande, com taxas de INSPV de 13,64 e 11,88, respectivamente.

5.5. Oferta e Demanda para a área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

Os valores para os indicadores de demanda e oferta para a área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foram registrados na Tabela 05. No total, foram observados 27 cursos. É importante notar que a maior parte destes cursos foram oferecidos nos maiores centros universitários, com grande maioria dos cursos estando localizados nos municípios de Campo Grande e Dourados.

Levando em consideração a categoria administrativa, apenas sete cursos (35%) foram oferecidos por instituições privadas. Além disso, Sistemas de Informação (15) e Ciência da

Computação (04) foram os cursos com maior frequência da área.

Neste contexto, o curso de Redes de Computadores da Universidade Anhanguera (Uniderp) de Campo Grande apresentou a melhor taxa de vagas por ingressos (1,22), enquanto o curso de Ciência da Computação da mesma instituição apresentou a maior proporção de concluintes da área (7,00%).

Com relação a demanda, o maior indicador de inscritos por vaga (INSPV) foi alcançado pelo curso de Sistemas para Internet do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) oferecido no município de Campo Grande com o valor de 14,49. O segundo curso com maior demanda foi Sistemas de Informação da mesma instituição com uma taxa de inscritos por vaga de 7,13.

5.6. Oferta e Demanda para a área de Educação

Conforme o observado na Tabela 06, a área de Educação foi aquela que apresentou o maior número de cursos (106) ofertados em 2019, sendo que apenas 26 destes foram cursos ofertados pela iniciativa privada. O curso com maior frequência de oferta pelas instituições de ensino foi Pedagogia que aparece 23 vezes na tabela. Outros cursos mais ofertados dessa área foram Educação Física formação de professor (10) e Matemática formação de professor (12). Em termos de distribuição espacial dos cursos, a maior parte estava localizada na cidade de Campo Grande.

Ao observar os indicadores de oferta, constatou-se que o curso com o melhor desempenho em termos de vagas por concluintes (VPCON) foi Educação do campo formação de professor oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande com um indicador de 0,78. Em se tratando da estatística de proporção de concluintes (PROPCON), o maior percentual foi de 5,04% do curso de Educação Física formação de professor da Unigran em Campo Grande.

Em relação aos indicadores de demanda é necessário destacar que dentre as melhores estatísticas a Universidade Federal da Grande Dourados apareceu três vezes com os cursos mais procurados em termos de inscritos por vaga (INSPV), sendo eles: Educação física formação de professor na primeira posição (13,46), Matemática formação de professor na terceira posição (8,03) e Pedagogia na quarta posição (7,81). A segunda melhor estatística foi alcançada pelo curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) em Campo Grande com a taxa de 11,98.

5.7. Oferta e Demanda para a área de Engenharia, produção e construção

Ao analisar a área de Engenharia, produção e construção, contatou-se 51 cursos ofertados no estado, como mostra a Tabela 07. O que mais chamou a atenção foi que quase metade destes (49,01%) foram oferecidos na cidade de Campo Grande. O curso de maior frequência nesta tabela foi Engenharia Civil que foi ofertado por 10 instituições. Outros cursos de destaque nessa área em termos de frequência foram: Engenharia de Produção (07), Arquitetura e Urbanismo (05) e Engenharia Ambiental (04).

Com uma taxa de vagas por inscritos (VPCON) de 0,81, o curso de Engenharia Ambiental oferecido pela Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Campo Grande destacou-se neste quesito na área em pauta. Já em relação ao indicador de proporção de concluintes (PROPCON), a Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Campo Grande foi responsável pelas duas melhores estatísticas desta área, com valor 8,94% para o curso de Arquitetura e Urbanismo e 8,46% para o curso de Engenharia Civil.

Em se tratando da perspectiva da demanda, o curso de Engenharia Civil da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) alcançou a taxa de 8,02 inscritos por vaga (INSPV), a mais alta da área. Com valor muito próximo está o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande, que alcançou o indicador de 8,00 inscritos por vaga.

5.8. Oferta e Demanda para a área de Negócios, Administração e Direito

A Tabela 08 mostra que a área de Negócios, Administração e Direito contou com 69 cursos registrados. Uma primeira evidência percebida foi que 39,13% dos cursos apresentaram como local de oferta a cidade de Campo Grande. Outra constatação foi que o curso de Administração foi o mais observado (22), seguido por Contabilidade (19) e Direito (18). Isso significou que 85,51% da oferta da área esteve concentrada em apenas 03 (três) cursos. Por fim, uma terceira característica está vinculada a constatação de que 68,11% da oferta de cursos desta área foi realizada por instituições privadas de ensino.

O curso com o melhor desempenho em termos de vagas por concluinte (VPCON) foi Contabilidade da Anhanguera de Dourados com a taxa de 0,70. Por sua vez, o curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) de Campo Grande alcançou a melhor proporção de concluintes da área (PROPCON) ao ter abastecido o mercado com 11,32% dos

concluintes da área.

Sobre a demanda, verificou-se que o curso de Direito da Universidade Federal de Grande Dourados, que apresentou uma taxa de inscritos por vaga (INSPV) de 30,09, representou uma estatística 230% superior ao apresentado pelo segundo colocado. De acordo com a Tabela 08, o curso de Administração da mesma instituição de ensino apresentou um indicador de 12,80 inscritos por vaga.

5.9. Oferta e Demanda para a área de Saúde e bem-estar

Conforme a Tabela 09 que mostra as estatísticas para a área de Saúde e bem-estar, verificou-se que foram ofertados 58 cursos, sendo que Enfermagem foi o curso de maior frequência (15). Em relação a categoria administrativa, a grande maioria dos cursos são de instituições privadas, com apenas 11 cursos oferecidos por universidades públicas. Em outras palavras, 81,03% dos cursos desta área estão no setor privado de educação superior. Outro aspecto importante, foi que mais da metade dos cursos (32) estão concentrados na cidade de Campo Grande.

Do ponto de vista da oferta, o curso de Serviço Social da Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Campo Grande alcançou a melhor estatística de vagas por inscritos (VPCON) com a taxa de 0,36. Ademais, a área também possui o pior valor do indicador no estado, com a taxa de 640,00 vagas por escrito apresentada pelo curso de Serviço Social da Faculdade Integradas de Três Lagoas (AEMS). Outro detalhe foi que essa mesma instituição ainda foi responsável pelo segundo pior indicador do Estado. O curso de Educação Física dessa instituição apresentou uma taxa de 534,00 vagas por inscritos. Para estes casos em particular, seria necessário consultas específicas junto a administração dessas instituições para entender o motivo dessas estatísticas destoantes.

Ainda na esfera de análise da oferta, o curso de Odontologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande também se destacou com uma taxa de vagas por concluintes (VPCON) de 0,94. Os melhores valores para o indicador PROPCON desta área foram alcançados pelos cursos de Medicina da Universidade Anhanguera (UNIDERP) de Campo Grande e de Educação Física da Unigran de Campo Grande com os percentuais de 5,48% e 5,24%, respectivamente.

A área também contou com os maiores indicadores de demanda do estado. Mais detalhadamente, o curso de Medicina da Universidade Federal da Grande Dourados obteve a taxa de 142,00 inscritos por vaga (INSPV). Por sua vez, o curso de Medicina ofertado pela

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande apresentou um indicador de 56,16. Um detalhe foi que o primeiro colocado desta área apresentou uma estatística que foi 473,33% superior a estatística apresentada pelo curso de Direito da UFGD, o qual apresentou a terceira maior taxa.

5.10. Oferta e Demanda para a área de Serviços

A Tabela 10 mostra que a área de Serviços consiste em poucos cursos (11) registrados, sendo que 05 (cinco) destes são cursos de Estética e Cosmética. Ademais, os cursos desta área estão presentes apenas em Campo Grande, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas.

Em se tratando dessa área, existem duas particularidades a se destacar. A primeira é que dos 11 cursos, apenas 03 (três) são públicos e os três são cursos de Turismo. A outra particularidade é que os maiores indicadores de inscritos por vaga (INSPV) foram muito próximos e estiveram associados a dois cursos de Turismo localizados na cidade de Campo Grande, quais sejam: os cursos ofertados pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) com taxas de 4,95 e 4,74, respectivamente.

Em relação à oferta, o curso de Gastronomia da UNIGRAN de Dourados, forneceu o menor indicador de vagas por inscritos (2,10), além da maior proporção de concluintes da área (23,18%).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se analisar o mercado de ensino superior no estado de Mato Grosso do Sul, por meio de indicadores de demanda e de oferta ao nível dos cursos presenciais com base no Censo da Educação Superior de 2019. Dentre os fatores que motivaram a pesquisa, pode-se destacar: a) a complexidade e multiplicidade dos elementos que podem determinar a decisão de ingresso no ensino superior, bem como dos processos que permeiam a gestão do ensino e que resultam na oferta de vagas de um determinado curso; b) a elaboração de uma estrutura técnica e uma metodologia quantitativa para a análise da demanda e oferta por vagas de cursos presenciais no estado; c) a construção de um referencial e de um critério estatístico capaz de subsidiar a gestão estratégica da educação superior sul-mato-grossense.

Para o desenvolvimento da análise empírica, foram propostos quatro indicadores: i) indicadores de demanda: Relação Inscritos por Vaga (NSPV) e Relação Ingressos por Vaga (INPV); ii) Indicadores de oferta: Relação Vagas por Concluinte (VPCON) e Proporção de

concluintes do curso em relação ao total de concluintes da área correspondente (PROPCON). Diante disso, a contribuição e originalidade do presente trabalho consistiu em fornecer medidas sintéticas para a análise da demanda e oferta de cada curso, segundo as áreas de classificação gerais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Isso permitiu uma investigação detalhada do quadro de cursos oferecidos na unidade federativa em questão.

Por meio da análise do lado da oferta, identificou-se as seguintes características sistêmicas do mercado de ensino superior do Mato Grosso do Sul:

i. De forma geral, as instituições privadas apresentaram cursos, comparativamente aos demais de suas respectivas áreas, que tiveram maior relevância em termos de oferta e de participação relativa da força de trabalho ingressante no mercado;

ii. Basicamente, os cursos oferecidos pela UNIDERP em Campo Grande, apresentaram as as melhores estatísticas de oferta no estado;

iii. Mais especificamente, o curso de Serviço Social da UNIDERP em Campo Grande apresentou os melhores indicadores de vagas por concluintes (VPCON) do estado;

iv. O curso de Design de Interiores da UNIGRAN em Campo Grande, alcançou o maior percentual de concluintes (PROPCON) da área em comparação aos demais cursos;

v. A área de Educação foi aquela que apresentou o maior número de cursos, sendo o curso de Pedagogia o mais ofertado no estado. Além disso, os cursos dessa área foram os que mais estiveram presentes em diferentes municípios;

vi. Campo Grande e Dourados foram as cidades com maior concentração de cursos, sendo responsáveis por 60,91% da oferta de cursos no estado;

Em se tratando da perspectiva da demanda, destacaram-se as seguintes características gerais:

i. Em grande parte, os cursos que apresentaram as estatísticas mais altas de demanda, estiveram associados a cursos oferecidos por instituições públicas;

ii. De forma específica, a UFGD destacou-se por apresentar vários cursos com as melhores estatísticas de demanda;

iii. Os cursos de Medicina apresentaram os melhores indicadores de demanda do estado;

iv. No que diz respeito aos indicadores inerentes aos cursos da área Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária, foi observado que dentre as dez melhores estatística de demanda (INSPV), quatro estiveram associados aos cursos de Agronomia.

Nesse ensejo é importante argumentar que as inferências estatísticas sugeridas por esta pesquisa com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2019, podem ser

consideradas, no geral, uma estrutura de análise confiável para se elaborar um retrato contemporâneo das condições de oferta e de demanda do mercado de ensino superior presencial sul-mato-grossense. Isso decorreu em virtude da excepcionalidade vivenciada em relação aos ciclos letivos de 2020 e 2021, em que a "normalidade" sofreu um revés devido ao vírus SARS-COV-2, causador da doença Covid-19, declarado pandêmico pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, e causador de profundos impactos de ordem sanitária, econômica e sociocultural em nossa sociedade.

As medidas de controle e de combate à pandemia, e a realidade do isolamento social, provocaram expressivas mudanças nas relações de trabalho e na dinâmica dos processos formais de educação. Por isso, a gestão do ensino e as atividades de sala de aula foram conduzidas, em sua maior parte, pelo uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's), e o ambiente de casa passou a ser multifacetado. Em se tratando do ensino superior, alguns impactos da pandemia já foram percebidos. Entre os anos de 2019 e 2020, constatou-se um aumento do quantitativo de ingressantes, ocasionado exclusivamente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 26,2% entre esses anos. Em contrapartida, nos cursos presenciais foi percebida uma trajetória declinante de -13,9% (BRASIL, 2022).

Portanto, com a realização dessa pesquisa, por meio do emprego de informações associadas ao ano de 2019, foi possível levantar um conjunto de parâmetros estatísticos que permitem inspirar a discussão do tema, sob condições de normalidade de funcionamento do mercado de ensino superior. Assim, este trabalho pode ser considerado uma ferramenta importante de consulta para a tomada de decisão que determina os rumos da educação superior presencial no estado de Mato Grosso do Sul.

Apesar do potencial de contribuição para se pensar as políticas educacionais e a gestão do ensino superior, o presente estudo é apenas um primeiro passo em direção à compreensão da dinâmica de oferta e de demanda por vagas, bem como das tendências do mercado de ensino superior presencial sul-mato-grossense. Como perspectiva para trabalhos futuros, propõe-se um aproveitamento das estatísticas calculadas para se abordar o tema sob diferentes unidades de análise. A título de exemplo, a estrutura de indicadores permite o desenvolvimento do tema sob perspectivas particulares de arranjo das informações, tais como: municípios, instituições, organização administrativa, áreas e cursos específicos. Além disso, a mesma metodologia de análise poderia ser empregada para a identificação de *insights* associados ao mercado de ensino superior a distância (EaD).

Finalmente, a realização de pesquisas qualitativas com o público ingressante para o levantamento das percepções acerca dos elementos que determinaram o critério de escolha do

curso é fundamental para o aprofundamento do debate. De igual modo, pesquisas qualitativas para investigar a intuição dos agentes participantes da gestão do ensino superior são igualmente importantes para se compreender a trajetória da oferta de vagas.

7. REFERÊNCIAS

AGAPITO, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 123–140, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p123-140. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064. Acesso em: 06 dez. 2019.

ALBERNAZ, Â.; FRANCO, C.; FERREIRA, F. H. G. **Qualidade e eqüidade na educação fundamental brasileira**. *[s. l.]*: PUC, Dep. de Economia, 2002. Disponível em: https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06910a&AN=puc.119706&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site. Acesso em 15 jan. 2019.

BARROS, A. S. X. **Expansão Da Educação Superior No Brasil: Limites E Possibilidades**. Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, Programa de Educação Integral, Bezerros, PE., Brasil.Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf Acesso em 21.02.2019.

BECKER, G. S. **Human Capital:** A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education. New York: Columbia University Press, ed. 2, 1975, 412 p.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M.C.L.; BOGUTCHI, T. F. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 113, p. 129-152, ago. 2001. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 out. 2022.

CAPUCHINHO, C. No curso de medicina, apenas 2,7% dos formandos são negros. **UOL/Educação**, São Paulo, 20 maio 2013. Disponível em: < http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/10/01/entenda-a-lei-de-cotas-nas-universidades-federais.htm>. Acesso em: 04/06/2020.

Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.insper.edu.br>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FELÍCIO, F. e FERNANDES, R. **O efeito da qualidade da escola sobre o desempenho escolar: uma avaliação do ensino fundamental no Estado de São Paulo**. 2005, Anais. Belo Horizonte: ANPEC, 2005. . Acesso em: 11 dez. 2019.

GUIMARÃES, A. S. A. **Raça, cor, cor da pele e etnia**. Cadernos de Campo, v. 20, p. 265-272, 2010.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. The role of school improvement in economic development. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge (USA), Working Paper n. 12832, p. 1-94, jan. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades (REGIC).** Dísponivel em: < https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em 18 de nov. de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2019a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS(INEP). **Dicionário de Indicadores Educacionais.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2019b.

MANKIW, G.; D. ROMER; D. WEIL. A Contribution to the Empirics of Economic Growth. **Quarterly Journal of Economics**. v. 107, n. 429, p. 407-438, 1992.

MARQUES, A. C. H; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perpectivas**, Araraquara, v. 42, p. 191-192. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519. Acesso em 11 ago. 2019.

MARTINS, F. dos S.; MACHADO, D. C. Uma análise da escolha do curso superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 1–24, 2018. DOI: 10.20947/S0102-3098a0056. Disponível em: https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1174. Acesso em: 14 mar. 2020.

MARTINS, F. S.; MACHADO, D. C. **ANPEC**. Determinantes do acesso ao ensino superior no Brasil e a probabilidade de sucesso por curso., [s. l.], 2013. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-7336e5f5b87d78c2f68b15abf51d2aff.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

MENEZES-FILHO, N. A. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: IFB. Acesso em: 22 mar. 2020., 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br>. Acesso em: 18 de nov. de 2022.

MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO (Brasil). Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003-2014**. In: A democratização e expansão da educação superior no país. 1. [S. l.], 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em: 25 out. 2019.

MORAN, J. Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso**, p. 27-45, 2015.

MORENO, B. B.; CALIXTO, M. J. M. S. A demanda regional e a oferta de ensino superior em uma cidade média no estado de Mato Grosso do Sul: Dourados**. Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 62-87, jan./jun. 2017. ISSN: 1678-698X.

NELSON, R.; PHELPS, E. **Investment in humans, technological diffusion and economic growth**. American Economic Review, Paper ,and Proceedings, v. 56, n. 2, p. 69-75, 1966.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, T.; ZEN, E. L.; WELLER, W.; SHUGUANG, J.; KAIYUAN, G. (org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; Pequim: SSAP, 2016. p. 95-124.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 887-896, 2008.

PORTO, C.; RÉGNIER K. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil:** Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025. Seminário Internacional Universidade XXI - Novos Caminhos para a Educação Superior, [S. l.], p. 1-178, 1 dez. 2003.

ROMER, David. Advanced macroeconomics. New York, **McGraw-Hill**, 3 ed. 2006.

SAMPAIO, H**.** O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Centro de Estudos Avançados Unicamp (CEAV), p. 1-16, 17 ago. 2011.

SÉCCA, R. X.; LEAL, R. M. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES Setorial**, n. 30, set. 2009. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1943/2/ BS203020Analisedosetordeensinosuperior.pdf. Acesso em 14 nov. 2020.

SCHULTZ, T.W. Reflections on Investment in Man. Journal of Political Economy, **University of Chicago Press**, v. 70, 1962.

TANEGUTI, L. Y. Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade. **Brasília: Ministério da Educação**, 2013.p. 3-47, 04 2012. Disponível em: <http://www.anaceu.org.br>. Acesso em: 27 de dez. de 2019.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2006, vol.11, n.32, pp.226-237. ISSN 1413-2478.

8. ANEXO

Tabela 1 - Quadro de Oferta e Demanda para a área agricultura, silvicultura, pesca e veterinária.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Ponta Porã	IFMS	Pública	Agronegócio	0,4932	0,4658	8,1111	1,0714
Dourados	ANHAGUERA DDOS	Privada	Agronomia	7,6579	1,0000	1,4074	9,6429
Aquidauana	UEMS	Pública	Agronomia	5,3175	0,9365	1,7500	4,2857
Dourados	UFGD	Pública	Agronomia	10,8750	0,9531	1,8824	4,0476
Campo Grande	UCDB	Privada	Agronomia	3,8356	0,7534	2,0857	4,1667
Cassilândia	UEMS	Pública	Agronomia	5,6034	0,8276	2,7619	2,5000
Chapadão do Sul	UFMS	Pública	Agronomia	5,0000	0,9400	3,3333	1,7857
Ponta Porã	IFMS	Pública	Agronomia	0,9818	0,8364	3,6667	1,7857
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Agronomia	1,2958	0,5549	5,7258	7,3810

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Agronomia	5,7074	1,0000	6,7353	4,0476
Três Lagoas	AEMS	Privada	Agronomia	0,2616	0,0708	10,4857	4,1667
Nova Andradina	IFMS	Pública	Agronomia	5,2000	0,6000	12,5000	0,4762
Dourados	UFGD	Pública	Aquicultura	2,3286	0,6571	10,0000	0,8333
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia agrícola	4,2069	0,7069	1,9333	3,5714
Aquidauana	UEMS	Pública	Engenharia florestal	3,4848	0,6667	2,0625	3,8095
Chapadão do Sul	UFMS	Pública	Engenharia florestal	0,7415	0,2993	14,7000	1,1905
Nova Andradina	IFMS	Pública	Manejo da produção agrícola	2,4898	0,3673	8,1667	0,7143
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Manejo da produção agrícola	0,7556	0,5556	8,5714	2,5000
Campo Grande	UCDB	Privada	Medicina veterinária	3,2128	0,7305	1,3960	12,0238
Dourados	ANHAGUERA DDOS	Privada	Medicina veterinária	5,4833	0,8444	3,1034	6,9048

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Medicina veterinária	5,4826	1,0000	3,1081	8,8095
Campo Grande	UFMS	Pública	Medicina veterinária	12,6615	0,9846	3,2500	2,3810
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Medicina veterinária	0,8400	0,4457	6,0345	3,4524
Três Lagoas	AEMS	Privada	Medicina veterinária	0,1063	0,0478	62,7333	1,7857
Campo Grande	UFMS	Pública	Zootecnia	4,3400	1,0200	3,3333	1,7857
Aquidauana	UEMS	Pública	Zootecnia	4,5469	0,5938	3,3684	2,2619
Dourados	UFGD	Pública	Zootecnia	5,5517	0,8103	4,8333	1,4286
Campo Grande	UCDB	Privada	Zootecnia	0,9155	0,2958	7,1000	1,1905

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 2 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Arte e humanidades.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UFMS	Pública	Artes visuais	3,3000	1,0000	2,1429	8,3333
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Design de interiores	0,3731	0,3731	2,5283	31,5476
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Design de interiores	0,5920	0,2560	4,6296	16,0714
Campo Grande	UCDB	Privada	Design gráfico	1,3378	0,4459	3,5238	12,5000
Campo Grande	UCDB	Privada	Filosofia	1,3143	0,3571	5,0000	8,3333
Campo Grande	UEMS	Pública	Letras português	3,1923	0,7885	4,3333	7,1429
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Moda	0,7376	0,2178	101,0000	1,1905
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Produção multimídia	3,5000	1,0000	1,6000	2,9762

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 3 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Ciências naturais, matemática e estatística.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UFMS	Pública	Biologia	3,4545	0,9697	1,8333	26,8657
Dourados	UFGD	Pública	Biotecnologia	3,5469	0,8594	2,0645	23,1343
Campo Grande	UFMS	Pública	Química industrial e tecnológica	2,6400	0,9600	2,7778	6,7164
Dourados	UFGD	Pública	Biologia	3,6216	0,7568	3,0833	8,9552
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Biologia	3,5385	1,0000	3,2500	2,9851
Campo Grande	UFMS	Pública	Física	2,5789	0,9737	3,8000	7,4627
Dourados	UEMS	Pública	Química industrial e tecnológica	2,2619	0,5238	4,2000	7,4627
Dourados	UFGD	Pública	Química	2,2750	0,6000	5,7143	5,2239
Campo Grande	UCDB	Privada	Biologia	1,1286	0,3143	7,0000	7,4627

Dourados	UEMS	Pública	Biologia	2,9730	0,6216	9,2500	2,9851
Ivinhema	UEMS	Pública	Biologia	2,7273	0,1818	22,0000	0,7463

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 4 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Ciências sociais, comunicação e informação.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Psicologia	1,1727	0,0545	36,6667	0,7491
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Psicologia	0,9852	0,9852	1,7484	19,3508
Dourados	ANHAGUERA DDOS	Privada	Psicologia	7,4466	1,0000	1,4714	8,7391
Campo Grande	FESCG	Privada	Jornalismo	0,3301	0,0539	76,5000	0,9988
Três Lagoas	AEMS	Privada	Psicologia	0,1054	0,0390	18,6078	6,3670
Três Lagoas	AEMS	Privada	Jornalismo	0,0286	0,0082	163,0000	0,3745
Dourados	UFGD	Pública	Psicologia	13,6462	0,9692	1,3542	5,9925
Dourados	UFGD	Pública	Relações internacionais	7,8545	1,0000	3,0556	2,2472
Dourados	UFGD	Pública	Economia	4,0667	0,8667	4,6154	1,6230

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Psicologia	5,9120	1,0000	5,2683	10,2372
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Jornalismo	3,1286	0,7000	2,3333	3,7453
Campo Grande	UCDB	Privada	Psicologia	3,5890	0,8219	1,8025	10,1124
Campo Grande	UCDB	Privada	Jornalismo	1,0000	0,3429	5,3846	1,6230
Campo Grande	UEMS	Pública	Geografia	3,5385	0,7885	3,0588	2,1223
Paranaíba	UEMS	Pública	Ciências sociais	2,5600	0,7200	12,5000	0,2497
Ponta Porã	UEMS	Pública	Economia	2,5147	0,6471	4,5333	1,8727
Campo Grande	UFMS	Pública	Psicologia	11,8833	0,9500	2,0690	3,6205
Paranaíba	UFMS	Pública	Psicologia	6,3250	0,9500	1,6000	3,1211
Corumbá	UFMS	Pública	Psicologia	5,1176	0,9020	3,6429	1,7478
Campo Grande	UFMS	Pública	Geografia	4,5000	1,0250	1,7391	2,8714

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UFMS	Pública	Jornalismo	4,3600	1,0000	1,6129	3,8702
Campo Grande	UFMS	Pública	Economia	3,1343	0,9552	3,3500	2,4969
Campo Grande	UFMS	Pública	Ciências sociais	3,0200	0,9800	3,3333	1,8727
Três Lagoas	UFMS	Pública	Geografia	2,3333	0,9333	30,0000	0,1248
Aquidauana	UFMS	Pública	Geografia	1,6567	0,6418	7,4444	1,1236

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 5 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Ciência da computação	2,0811	0,4527	6,7273	7,0064
Dourados	UEMS	Pública	Ciência da computação	2,0303	0,5606	16,5000	1,2739
Ponta Porã	UFMS	Pública	Ciência da computação	0,4828	0,1172	20,7143	2,2293
Campo Grande	UFMS	Pública	Ciência da computação	3,2623	0,9508	3,8125	5,0955
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia de computação (DCN Computação)	4,2000	0,8857	7,0000	3,1847
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Engenharia de computação (DCN Computação)	4,9722	0,5926	6,7500	5,0955
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Engenharia de software	0,7684	0,4211	4,7500	6,3694
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia de software	2,7571	0,9571	6,3636	3,5032
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Redes de computadores	3,5455	1,0000	1,2222	2,8662

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	FESCG	Privada	Sistemas de informação	0,7525	0,1800	21,0526	6,0510
Dourados	UFGD	Pública	Sistemas de informação	3,6620	0,8873	7,8889	2,8662
Corumbá	IFMS	Pública	Sistemas de informação	7,1304	0,8913	17,2500	2,5478
Três Lagoas	IFMS	Pública	Sistemas de informação	4,0392	0,4804	25,5000	1,2739
Naviraí	IFMS	Pública	Sistemas de informação	3,8039	0,9804	25,5000	0,6369
Nova Andradina	IFMS	Pública	Sistemas de informação	2,7447	0,5532	4,2727	3,5032
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Sistemas de informação	1,7864	0,5583	51,5000	1,2739
Campo Grande	UCDB	Privada	Sistemas de informação	1,2877	0,3973	6,0833	3,8217
Dourados	UEMS	Pública	Sistemas de informação	3,4231	0,7500	52,0000	0,3185
Coxim	UFMS	Pública	Sistemas de informação	0,6960	0,3360	31,2500	1,2739
Ponta Porã	UFMS	Pública	Sistemas de informação	0,7615	0,302	15,5714	2,2293

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
					8		
Corumbá	UFMS	Pública	Sistemas de informação	1,1458	0,4792	10,6667	2,8662
Campo Grande	UFMS	Pública	Sistemas de informação	4,0857	0,9429	4,3750	5,0955
Campo Grande	UFMS	Pública	Sistemas de informação	3,6143	0,9857	3,5000	6,3694
Três Lagoas	UFMS	Pública	Sistemas de informação	2,1884	0,8551	9,8571	2,2293
Campo Grande	IFMS	Pública	Sistemas para internet	14,4941	0,5294	5,3125	5,0955
Coxim	IFMS	Pública	Sistemas para internet	1,3625	0,4000	80,0000	0,3185
Aquidauana	IFMS	Pública	Sistemas para internet	0,9200	0,8600	5,5556	2,8662

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 6 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Educação.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UFMS	Pública	Artes visuais formação de professor	4,1667	0,9667	1,7647	0,7388
Corumbá	UFMS	Pública	Biologia formação de professor	2,5952	0,9048	1,6800	1,0865
Campo Grande	UFMS	Pública	Biologia formação de professor	4,0800	0,9800	2,6316	0,8257
Mundo Novo	UEMS	Pública	Biologia formação de professor	2,3273	0,7636	3,2353	0,7388
Aquidauana	UFMS	Pública	Biologia formação de professor	3,9796	0,9592	3,2667	0,6519
Três Lagoas	UFMS	Pública	Biologia formação de professor	1,7534	0,6027	4,5625	0,6953
Dourados	UEMS	Pública	Biologia formação de professor	3,0238	0,6190	4,6667	0,3911
Campo Grande	UCDB	Privada	Biologia formação de professor	0,6301	0,2466	5,6154	0,5650
Coxim	UEMS	Pública	Biologia formação de professor	1,7467	0,2933	6,8182	0,4781
Dourados	UFGD	Pública	Biologia formação de professor	2,2750	0,7750	8,0000	0,2173

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Ivinhema	UEMS	Pública	Biologia formação de professor	2,6667	0,5455	11,0000	0,1304
Paranaíba	UEMS	Pública	Ciências sociais formação de professor	2,5000	0,7500	2,3529	0,7388
Amambai	UEMS	Pública	Ciências sociais formação de professor	2,2833	0,6167	3,1579	0,8257
Naviraí	UFMS	Pública	Ciências sociais formação de professor	0,7760	0,3200	5,9524	0,9126
Nova Andradina	UEMS	Pública	Computação formação de professor	2,1786	0,4643	14,0000	0,1738
Dourados	UFGD	Pública	Educação do campo em áreas de conhecimento da educação básica formação de professor	4,0833	0,9333	2,6087	0,9996
Campo Grande	UFMS	Pública	Educação do campo formação de professor	1,9667	0,8667	0,7895	1,6515
Cassilândia	FIC	Privada	Educação física formação de professor	0,3750	0,3000	1,6667	1,0430
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Educação física formação de professor	0,9958	0,9873	2,0431	5,0413
Ponta Porã	FAMAG	Privada	Educação física formação de professor	0,6111	0,3222	2,2500	1,7384
Dourados	UFGD	Pública	Educação física formação de professor	13,4600	1,0400	2,3810	0,9126

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Corumbá	UFMS	Pública	Educação física formação de professor	3,2800	1,0000	2,5000	0,8692
Campo Grande	UFMS	Pública	Educação física formação de professor	6,3250	0,9750	2,6667	0,6519
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Educação física formação de professor	0,6000	0,4450	4,8780	1,7818
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Educação física formação de professor	1,9268	0,3211	5,5909	1,9122
Campo Grande	UCDB	Privada	Educação física formação de professor	0,9507	0,2606	7,4737	0,8257
Campo Grande	FACSUL	Privada	Educação física formação de professor	1,3289	0,1644	11,4615	1,1299
Aquidauana	UFMS	Pública	Educação indígena formação de professor	7,6400	1,0000	4,1667	0,2608
Dourados	UFGD	Pública	Educação indígena formação de professor	6,0857	0,9571	23,3333	0,1304
Campo Grande	UFMS	Pública	Filosofia formação de professor	4,3733	0,9600	2,7778	1,1734
Campo Grande	UFMS	Pública	Física formação de professor	2,8235	0,9118	4,8571	0,3042
Dourados	UEMS	Pública	Física formação de professor	2,2308	0,8269	13,0000	0,1738

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Dourados	UFGD	Pública	Física formação de professor	1,7000	0,3571	17,5000	0,1738
Campo Grande	UEMS	Pública	Geografia formação de professor	3,0357	0,7500	2,4348	0,9996
Três Lagoas	UFMS	Pública	Geografia formação de professor	1,9063	0,7656	2,7826	0,9996
Jardim	UEMS	Pública	Geografia formação de professor	2,6552	0,7241	2,9000	0,8692
Aquidauana	UFMS	Pública	Geografia formação de professor	2,9206	0,9206	3,0000	0,9126
Corumbá	UFMS	Pública	Geografia formação de professor	2,3662	0,6620	5,9167	0,5215
Campo Grande	UFMS	Pública	História formação de professor	4,3667	1,0000	1,8182	1,4342
Amambai	UEMS	Pública	História formação de professor	2,7241	0,5690	3,0526	0,8257
Campo Grande	UCDB	Privada	História formação de professor	1,0143	0,4143	3,1818	0,9561
Nova Andradina	UFMS	Pública	História formação de professor	1,3298	0,5957	3,6154	1,1299
Três Lagoas	UFMS	Pública	História formação de professor	1,6800	0,7467	3,9474	0,8257

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Aquidauana	UFMS	Pública	História formação de professor	2,5690	0,9310	4,1429	0,6084
Corumbá	UFMS	Pública	História formação de professor	2,0781	0,7188	4,2667	0,6519
Campo Grande	UFMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	4,1628	1,0000	2,1500	0,8692
Campo Grande	UEMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	4,5556	0,6825	5,2500	0,5215
Dourados	UEMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	1,8636	0,5758	5,5000	0,5215
Três Lagoas	UFMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	1,2985	0,5672	6,0909	0,4781
Corumbá	UFMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	2,4516	0,8065	6,8889	0,3911
Aquidauana	UFMS	Pública	Letras português espanhol formação de professor	2,8611	1,0000	7,2000	0,2173
Três Lagoas	UFMS	Pública	Letras português formação de professor	1,3871	0,6129	4,4286	0,6084
Coxim	UFMS	Pública	Letras português formação de professor	0,7702	0,3292	11,5000	0,6084
Três Lagoas	UFMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	2,5526	0,9737	1,9000	0,8692

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Cassilândia	UEMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	2,2500	0,7692	2,7368	0,8257
Jardim	UEMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	2,5094	0,7736	3,1176	0,7388
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Letras português inglês formação de professor	4,0889	0,5667	4,0909	0,9561
Campo Grande	UFMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	3,6500	0,9500	5,0000	0,3477
Corumbá	UFMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	2,9756	1,0000	5,1250	0,3477
Campo Grande	UEMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	4,5323	0,7419	7,7500	0,3477
Aquidauana	UFMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	3,0769	0,9615	8,6667	0,1304
Dourados	UEMS	Pública	Letras português inglês formação de professor	1,7083	0,5278	10,2857	0,3042
Campo Grande	UCDB	Privada	Letras português inglês formação de professor	0,9296	0,2535	14,2000	0,2173
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Matemática formação de professor	3,3438	0,5000	2,2069	1,2603
Nova Andradina	UEMS	Pública	Matemática formação de professor	1,4655	0,7069	4,1429	0,6084

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Dourados	UEMS	Pública	Matemática formação de professor	2,0526	0,7018	5,7000	0,4346
Campo Grande	FACSUL	Privada	Matemática formação de professor	1,9608	0,8137	6,0000	0,7388
Campo Grande	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	3,1795	0,9744	7,0909	0,4781
Corumbá	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	2,0175	0,9123	7,1250	0,3477
Ponta Porã	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	1,0400	0,5000	7,1429	0,6084
Aquidauana	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	2,0351	0,8070	8,1429	0,3042
Três Lagoas	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	1,4167	0,6042	8,7273	0,4781
Cassilândia	UEMS	Pública	Matemática formação de professor	1,4839	0,4516	8,8571	0,3042
Dourados	UFGD	Pública	Matemática formação de professor	8,0323	0,6989	13,2857	0,3042
Paranaíba	UFMS	Pública	Matemática formação de professor	1,2133	0,5867	15,0000	0,2173
Campo Grande	UFMS	Pública	Música formação de professor	2,2258	0,9677	1,5500	0,8692

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Pedagogia	6,9048	1,0000	1,5638	4,0852
Três Lagoas	UFMS	Pública	Pedagogia	5,2500	0,9750	1,6667	1,0430
Campo Grande	UFMS	Pública	Pedagogia	5,6800	0,9900	1,6949	2,5641
Aquidauana	UFMS	Pública	Pedagogia	4,0938	0,9688	1,8286	1,5211
Corumbá	UFMS	Pública	Pedagogia	3,6415	1,0000	2,2083	1,0430
Paranaíba	UEMS	Pública	Pedagogia	4,2500	0,7500	2,2609	0,9996
Dourados	UEMS	Pública	Pedagogia	3,9423	0,7500	2,2609	0,9996
Cassilândia	FIC	Privada	Pedagogia	0,4250	0,4000	2,3529	0,7388
Dourados	UFGD	Pública	Pedagogia	7,8167	0,9333	2,4000	1,0865
Maracaju	UEMS	Pública	Pedagogia	2,9167	0,6833	2,4000	1,0865
Naviraí	UFMS	Pública	Pedagogia	2,9452	0,9041	2,6071	1,2169

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Ponta Porã	UFMS	Pública	Pedagogia	1,9186	0,6279	2,7742	1,3472
Paranaíba	FIPAR	Privada	Pedagogia	0,4286	0,3429	2,8000	1,0865
Campo Grande	UCDB	Privada	Pedagogia	1,6620	0,5352	2,8400	1,0865
Campo Grande	UEMS	Pública	Pedagogia	11,9839	0,7903	2,9524	0,9126
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Pedagogia	1,2316	0,6632	3,1667	1,3038
Campo Grande	FACSUL	Privada	Pedagogia	0,4975	0,2985	3,7925	2,3033
Ponta Porã	FAMAG	Privada	Pedagogia	1,0000	0,1750	5,0000	0,6953
Caarapó	FETAC	Privada	Pedagogia	0,6098	0,1341	5,8571	0,6084
Nova Andradina	ANAEC	Privada	Pedagogia	0,2750	0,2250	8,0000	0,2173
Nova Andradina	FENA	Privada	Pedagogia	0,0673	0,0603	10,0233	1,8688
Fátima do Sul	FAFS	Privada	Pedagogia	0,0246	0,0224	58,5000	0,6953

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Três Lagoas	AEMS	Privada	Pedagogia	0,0537	0,0139	164,8571	0,3042
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Psicologia formação de professor	1,1651	0,7170	2,5854	3,5637
Dourados	UFGD	Pública	Química formação de professor	2,2300	0,5000	5,8824	0,7388
Naviraí	UEMS	Pública	Química formação de professor	2,7885	0,8462	13,0000	0,1738
Campo Grande	UFMS	Pública	Química formação de professor	3,2857	1,0000	14,0000	0,1738
Dourados	UEMS	Pública	Química formação de professor	2,3898	0,6949	19,6667	0,1304
Coxim	IFMS	Pública	Química formação de professor	2,1094	0,3750	21,3333	0,1304
Campo Grande	UEMS	Pública	Teatro formação de professor	5,3125	0,7344	8,0000	0,3477

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 7 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Engenharia, produção e construção.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Coxim	IFMS	Pública	Alimentos	2,0571	0,5000	35,0000	0,1201
Campo Grande	UCDB	Privada	Arquitetura e urbanismo	1,7986	0,5347	1,5158	5,7057
Campo Grande	UFMS	Pública	Arquitetura e urbanismo	8,0000	0,9605	3,1667	1,4414
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Arquitetura e urbanismo	1,4676	0,2618	5,3826	8,9489
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Arquitetura e urbanismo	0,9536	0,2964	5,4902	3,0631
Três Lagoas	AEMS	Privada	Arquitetura e urbanismo	0,1149	0,0444	9,5750	2,4024
Três Lagoas	IFMS	Pública	Automação industrial	3,5500	0,4917	60,0000	0,1201
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Engenharia ambiental	3,5556	1,0000	0,8182	0,6607
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia ambiental	3,1333	0,9667	2,8571	1,2613
Dourados	UEMS	Pública	Engenharia ambiental	3,3065	0,7742	5,1667	0,7207

Campo Grande	FESCG	Privada	Engenharia ambiental	0,1918	0,0213	24,4000	1,5015
Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia ambiental e sanitária	0,3380	0,0704	5,9167	0,7207
Três Lagoas	AEMS	Privada	Engenharia ambiental e sanitária	0,0240	0,0034	64,8889	0,5405
Três Lagoas	AEMS	Privada	Engenharia civil	0,5000	0,1600	1,2195	4,9249
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia civil	5,7700	0,9800	1,8519	3,2432
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia civil	8,0286	0,8429	2,1212	1,9820
Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia civil	1,9103	0,3862	2,4167	3,6036
Campo Grande	FACSUL	Privada	Engenharia civil	1,9608	0,1275	2,4878	2,4625
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Engenharia civil	6,2381	0,9048	3,0000	1,6817
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Engenharia civil	0,4308	0,2019	5,2000	6,0060
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Engenharia civil	1,8208	0,2917	5,7376	8,4685
Campo Grande	FESCG	Privada	Engenharia civil	1,0670	0,1814	9,2727	3,9640

Ponta Porã	FATEP	Privada	Engenharia civil	0,1318	0,1318	212,5000	0,1201
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia de alimentos	3,1765	0,7647	2,5500	1,2012
Naviraí	UEMS	Pública	Engenharia de alimentos	2,9194	0,6129	4,7692	0,7808
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia de computação (DCN Engenharia)	3,8333	0,9500	3,5294	1,0210
Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia de computação (DCN Engenharia)	2,3333	0,5000	24,0000	0,1802
Três Lagoas	AEMS	Privada	Engenharia de computação (DCN Engenharia)	0,0342	0,0124	80,3750	0,4805
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Engenharia de controle e automação	1,8611	0,4306	6,5455	0,6607
Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia de controle e automação	0,4043	0,1418	12,8182	0,6607
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia de energia	2,4590	0,6066	4,3571	0,8408
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia de produção	4,2419	0,8548	2,1379	1,7417
Três Lagoas	UFMS	Pública	Engenharia de produção	3,8644	0,9661	2,1852	1,6216

Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Engenharia de produção	1,6901	0,3239	2,2188	1,9219
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia de produção	3,1667	0,9333	2,4324	2,2222
Três Lagoas	AEMS	Privada	Engenharia de produção	0,3187	0,1154	4,6667	2,3423
Nova Andradina	FACINAN	Privada	Engenharia de produção	0,0799	0,0497	14,9355	1,8619
Campo Grande	FESCG	Privada	Engenharia de produção	0,3311	0,0164	610,0000	0,0601
Campo Grande	UFMS	Pública	Engenharia elétrica	3,0225	0,9438	2,9667	1,8018
Três Lagoas	AEMS	Privada	Engenharia elétrica	0,3953	0,0988	4,3000	2,4024
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Engenharia elétrica	4,0594	0,5743	5,9412	1,0210
Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia elétrica	0,5214	0,1286	46,6667	0,1802
Dourados	UEMS	Pública	Engenharia física	2,5000	0,7308	3,2500	0,9610
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Engenharia mecânica	3,5962	1,0000	2,4762	2,5225
Dourados	UFGD	Pública	Engenharia mecânica	5,3158	0,8158	3,3043	1,3814

Campo Grande	UCDB	Privada	Engenharia mecânica	3,5248	0,3121	5,4231	1,5616
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Engenharia mecânica	1,2353	0,5765	5,6667	0,9009
Mundo Novo	UEMS	Pública	Gestão ambiental	2,2857	0,4821	4,0000	0,8408
Dourados	UFGD	Pública	Gestão ambiental	2,8167	0,5667	4,2857	0,8408
Coxim	UEMS	Pública	Gestão ambiental	2,6379	0,3448	19,3333	0,1802
Glória de Dourados	UEMS	Pública	Produção sucroalcooleira	2,3065	0,4355	2,9524	1,2613

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 8 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Negócios, administração e direito.

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Administração	5,6797	0,7146	5,4111	2,8090
Campo Grande	UFMS	Pública	Administração	4,8917	1,0083	1,6667	2,2472
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Administração	0,7455	0,4182	3,2353	1,5918
Nova Andradina	UFMS	Pública	Administração	3,4366	0,9437	1,8684	1,1860
Maracaju	UEMS	Pública	Administração	4,4737	0,7544	1,6286	1,0924
Três Lagoas	AEMS	Privada	Administração	0,0199	0,0038	89,0571	1,0924
Dourados	ANHAGUERA DDOS	Privada	Administração	2,2768	0,2175	10,7273	1,0300
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Administração	6,4403	0,7358	5,3000	0,9363
Ponta Porã	UEMS	Pública	Administração	4,7015	0,8507	2,3929	0,8739
Paranaíba	UFMS	Pública	Administração	4,2200	1,0000	1,9231	0,8115

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Três Lagoas	UFMS	Pública	Administração	4,0000	1,0000	3,1667	0,7491
Dourados	UFGD	Pública	Administração	12,8000	1,0200	2,1739	0,7179
Nova Andradina	FANOVA	Privada	Administração	0,0473	0,0270	35,2381	0,6554
Aquidauana	UFMS	Pública	Administração	3,7000	0,9800	2,7778	0,5618
Corumbá	UFMS	Pública	Administração	3,3919	0,9595	4,1111	0,5618
Campo Grande	UCDB	Privada	Administração	2,5600	0,4933	4,1667	0,5618
Costa Rica	FECRA	Privada	Administração	0,0882	0,0098	5,6667	0,5618
Campo Grande	FACSUL	Privada	Administração	0,5673	0,0602	38,7778	0,5618
Ponta Porã	FIP	Privada	Administração	0,8800	0,4800	5,7692	0,4057
Caarapó	FETAC	Privada	Administração	0,6329	0,1646	6,5833	0,3745
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Administração	0,7857	0,7857	14,0000	0,3121

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	FESCG	Privada	Administração	0,3560	0,0402	199,1111	0,2809
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Contabilidade	5,6918	1,0000	2,3934	1,9039
Nova Andradina	FACINAN	Privada	Contabilidade	0,0501	0,0455	19,9697	1,0300
Dourados	ANHAGUERA DDOS	Privada	Contabilidade	3,5882	1,0000	0,7083	0,7491
Paranaíba	FIPAR	Privada	Contabilidade	0,6143	0,6143	3,1818	0,6866
Dourados	UFGD	Pública	Contabilidade	9,9057	1,0000	2,5238	0,6554
Campo Grande	UFMS	Pública	Contabilidade	5,5833	1,0333	3,0000	0,6242
Três Lagoas	UFMS	Pública	Contabilidade	3,6667	0,9825	3,0000	0,5930
Campo Grande	UCDB	Privada	Contabilidade	1,3429	0,3714	3,6842	0,5930
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Contabilidade	0,9714	0,6786	7,3684	0,5930
Chapadão do Sul	FACHASUL	Privada	Contabilidade	0,0323	0,0645	1,7222	0,5618

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Contabilidade	0,4379	0,4379	10,5625	0,4994
Cassilândia	FIC	Privada	Contabilidade	0,8000	0,7500	2,6667	0,4682
Ponta Porã	FAMAG	Privada	Contabilidade	1,2353	0,3176	5,6667	0,4682
Três Lagoas	AEMS	Privada	Contabilidade	0,0657	0,0227	36,0000	0,3433
Corumbá	UFMS	Pública	Contabilidade	2,4426	1,0328	8,7143	0,2185
Caarapó	FETAC	Privada	Contabilidade	0,5882	0,1647	17,0000	0,1561
Ponta Porã	UEMS	Pública	Contabilidade	3,0135	0,2703	18,5000	0,1248
Campo Grande	FESCG	Privada	Contabilidade	0,6294	0,1157	127,5000	0,1248
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Contabilidade	2,6643	0,5664	71,5000	0,0624
Campo Grande	UCDB	Privada	Direito	2,5626	0,7038	1,3857	11,3296
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Direito	1,1544	0,7187	2,1917	8,3021

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Direito	5,4180	1,0000	3,9841	7,8340
Nova Andradina	FACINAN	Privada	Direito	0,1990	0,1781	4,6250	5,4931
Campo Grande	FESCG	Privada	Direito	2,2552	0,3430	8,1345	3,7141
Três Lagoas	UFMS	Pública	Direito	7,1923	0,9462	1,2871	3,1523
Campo Grande	UFMS	Pública	Direito	12,4160	1,0560	1,3298	2,9338
Três Lagoas	AEMS	Privada	Direito	1,0000	0,7667	1,3636	2,7466
Paranaíba	UEMS	Pública	Direito	9,2621	0,7573	1,5147	2,1223
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Direito	6,7568	1,0000	6,0656	1,9039
Ponta Porã	FIP	Privada	Direito	2,0213	0,9362	1,6786	1,7478
Dourados	UFGD	Pública	Direito	30,0909	1,0000	1,2791	1,3421
Dourados	UEMS	Pública	Direito	10,5000	0,8226	1,5122	1,2797

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	FACSUL	Privada	Direito	1,9608	0,7157	2,6154	1,2172
Paranaíba	FIPAR	Privada	Direito	1,0462	0,8538	3,4211	1,1860
Naviraí	UEMS	Pública	Direito	10,6167	0,9000	1,8750	0,9988
Corumbá	FSST	Privada	Direito	0,5856	0,4054	3,4688	0,9988
Corumbá	UFMS	Pública	Direito	6,1967	0,9836	2,4400	0,7803
Campo Grande	UFMS	Pública	Gestão de negócios	6,2833	0,9833	1,7647	1,0612
Campo Grande	FACSUL	Privada	Gestão de pessoas	0,9950	0,2362	10,4737	0,5930
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Gestão de pessoas	4,1343	1,0000	5,1538	0,4057
Campo Grande	FESCG	Privada	Gestão de pessoas	0,8452	0,1645	31,0000	0,3121
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Logística	3,5625	1,0000	1,7778	0,2809
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Publicidade e propaganda	0,7833	0,5667	4,0000	0,9363

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Publicidade e propaganda	3,7396	1,0000	3,4286	0,8739
Campo Grande	UCDB	Privada	Publicidade e propaganda	1,6301	0,6712	2,9200	0,7803
Campo Grande	FESCG	Privada	Publicidade e propaganda	0,4823	0,0903	56,3636	0,3433
Três Lagoas	AEMS	Privada	Publicidade e propaganda	0,0221	0,0044	56,5000	0,2497

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 9 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Saúde e bem-estar.

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Biomedicina	1,0000	1,0000	2,5224	3,2508
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Biomedicina	1,3048	0,6190	2,6923	1,8923
Campo Grande	UCDB	Privada	Biomedicina	3,3562	0,6849	3,4762	1,0189
Três Lagoas	AEMS	Privada	Biomedicina	0,0626	0,0165	104,5455	0,5337
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Educação física	0,8007	0,8007	2,6481	5,2402
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Educação física	0,7864	0,4682	5,3659	1,9893
Fátima do Sul	FAFS	Privada	Educação física	0,0201	0,0257	29,8333	1,4556
Campo Grande	UCDB	Privada	Educação física	0,8028	0,1620	4,8966	1,4071

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Educação física	3,9660	1,0000	6,1250	1,1645
Campo Grande	FACSUL	Privada	Educação física	1,9608	0,1275	5,3684	0,9219
Campo Grande	FESCG	Privada	Educação física	0,6199	0,0658	517,0000	0,0970
Três Lagoas	AEMS	Privada	Educação física	0,0936	0,0674	534,0000	0,0485
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Enfermagem	5,3211	0,8141	3,9888	4,3183
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Enfermagem	6,9234	1,0000	4,0896	3,2508
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Enfermagem	0,6857	0,6857	3,5714	2,3775
Campo Grande	FESCG	Privada	Enfermagem	3,0291	0,3770	13,1489	2,2804
Campo Grande	FACSUL	Privada	Enfermagem	0,9901	0,6337	2,8056	1,7467
Campo Grande	UCDB	Privada	Enfermagem	5,0833	0,5694	2,1176	1,6497

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Enfermagem	1,3561	0,8030	4,0000	1,6012
Campo Grande	UFMS	Pública	Enfermagem	10,6400	0,9800	1,7241	1,4071
Três Lagoas	AEMS	Privada	Enfermagem	0,0901	0,0559	50,4545	1,0674
Fátima do Sul	FAFS	Privada	Enfermagem	0,0645	0,0511	17,7143	1,0189
Coxim	UFMS	Pública	Enfermagem	3,3158	0,5263	3,8000	0,9704
Dourados	UEMS	Pública	Enfermagem	10,2903	0,8065	3,8750	0,7763
Corumbá	FSST	Privada	Enfermagem	0,6364	0,0364	7,8571	0,6793
Três Lagoas	UFMS	Pública	Enfermagem	7,0750	0,9500	4,0000	0,4852
Cassilândia	FIC	Privada	Enfermagem	0,4000	0,4000	13,3333	0,1456
Campo Grande	FESCG	Privada	Farmácia	0,6558	0,1737	10,2667	2,9112
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Farmácia	0,4917	0,2500	3,6364	1,6012

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UFMS	Pública	Farmácia	4,0137	0,9589	2,2813	1,5526
Três Lagoas	AEMS	Privada	Farmácia	0,1423	0,0712	12,2174	1,1160
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Farmácia	2,7744	0,6037	10,2500	0,7763
Campo Grande	UCDB	Privada	Farmácia	1,0423	0,0141	6,4545	0,5337
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Fisioterapia	7,2311	1,0000	4,1569	2,4745
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Fisioterapia	1,0733	0,6933	3,4884	2,0864
Campo Grande	FESCG	Privada	Fisioterapia	0,8410	0,1279	14,8780	1,9893
Campo Grande	ANHANGUERA CG	Privada	Fisioterapia	5,1188	1,0000	3,1563	1,5526
Três Lagoas	AEMS	Privada	Fisioterapia	0,0998	0,0449	22,2593	1,3100
Campo Grande	UCDB	Privada	Fisioterapia	2,4722	0,5556	3,4286	1,0189
Campo Grande	UFMS	Pública	Fisioterapia	9,3488	0,9302	2,2632	0,9219

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Cassilândia	FIC	Privada	Fisioterapia	0,2750	0,2500	8,0000	0,2426
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Medicina	3,5026	1,0000	1,7080	5,4828
Campo Grande	UFMS	Pública	Medicina	56,1625	0,9875	1,5094	2,5716
Dourados	UFGD	Pública	Medicina	142,0000	1,0375	2,2857	1,6982
Dourados	UFGD	Pública	Nutrição	10,5167	0,8500	1,4634	1,9893
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Nutrição	3,4434	0,7358	2,5854	1,9893
Campo Grande	UCDB	Privada	Nutrição	1,9333	0,5200	2,8846	1,2615
Campo Grande	UFMS	Pública	Nutrição	8,0400	1,0000	2,0000	1,2130
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Nutrição	1,0571	0,6571	4,3750	1,1645
Três Lagoas	AEMS	Privada	Nutrição	0,0337	0,0178	53,6190	1,0189
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Odontologia	3,9200	1,0000	2,2277	4,9005

Município	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Odontologia	1,4000	0,9400	1,8519	2,6201
Campo Grande	UFMS	Pública	Odontologia	15,6800	1,0200	0,9434	2,5716
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Radiologia	1,2576	0,7273	2,0308	3,1538
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Radiologia	0,9263	0,5105	8,6364	1,0674
Três Lagoas	AEMS	Privada	Radiologia	0,0877	0,0428	76,0000	0,5822
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Serviço social	3,5294	1,0000	0,3617	2,2804
Três Lagoas	AEMS	Privada	Serviço social	0,0375	0,0109	640,0000	0,0485

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.

Tabela 10 - Quadro de Oferta e Demanda para a área Serviços.

Municipio	SIGLA	Categoria	Curso	INSPV	INPV	VPCON	PROPCON
Campo Grande	UNIGRAN CAPITAL	Privada	Estética e cosmética	0,9149	0,9149	3,1333	21,7391
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Estética e cosmética	1,1222	0,6056	6,0000	10,8696
Ponta Porã	FAMAG	Privada	Estética e cosmética	1,3077	0,8308	2,7083	8,6957
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Estética e cosmética	4,6667	1,0000	8,4706	6,1594
Três Lagoas	AEMS	Privada	Estética e cosmética	0,0403	0,0071	70,3333	4,3478
Dourados	UNIGRAN DOURADOS	Privada	Gastronomia	0,8815	0,3852	2,1094	23,1884
Campo Grande	UNIDERP	Privada	Gastronomia	1,0595	0,2635	22,0625	5,7971
Três Lagoas	AEMS	Privada	Gastronomia	0,0254	0,0108	340,6667	1,0870
Dourados	UEMS	Pública	Turismo	3,3846	0,7308	3,0588	6,1594

Campo Grande	UEMS	Pública	Turismo	4,9583	0,6806	5,5385	4,7101
Campo Grande	UFMS	Pública	Turismo	4,7447	0,8936	5,2222	3,2609

Fonte: Elaboração própria do autor com base no Censo 2019.